

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS- CCH
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS AFRICANOS E
AFRO-BRASILEIROS

ELLEN CRISTINNE DA SILVA AMBROSIO

**LUTA POR TERRITÓRIO E A VULNERABILIDADE DO TRABALHO ESCRAVO NO
MARANHÃO**

SÃO LUÍS
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANA - CCH
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS AFRICANOS E
AFRO-BRASILEIROS

ELLEN CRISTINNE DA SILVA AMBROSIO

**LUTA POR TERRITÓRIO E A VULNERABILIDADE DO TRABALHO ESCRAVO NO
MARANHÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Maranhão como pré-requisito para a obtenção do grau de Licenciado.

Orientador: Sávio José Dias Rodrigues

São Luís – MA
2025

ELLEN CRISTINNE DA SILVA AMBROSIO

**LUTA POR TERRITÓRIO E A VULNERABILIDADE DO TRABALHO ESCRAVO NO
MARANHÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Maranhão como pré-requisito para a obtenção do grau de Licenciado.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sávio José Dias Rodrigues
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof. Me. Rafael Barra Amador
Universidade Federal do Maranhão-UFMA

Higor Rafael Santos Borges
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

AGRADECIMENTOS

Concluir este trabalho é como chegar ao fim de uma longa travessia, mas, também, o começo de uma nova jornada da minha vida. Uma travessia feita de passos firmes, outros incertos, caminhos iluminados e trechos sombreados, mas sempre sustentada por pessoas que, direta ou indiretamente, fazem parte dessa jornada. Escrever estes agradecimentos é revisitar cada momento dessa caminhada e reconhecer, com emoção e profundidade, que nada disso seria possível se eu tivesse caminhado sozinha.

Agradeço, em primeiro lugar, à minha mãe. Sua presença, sempre firme e sensível, foi o porto seguro do qual eu partia e para o qual sempre retornava. Em suas palavras encontrei consolo; em seus gestos encontrei força. Seu apoio aos meus estudos ultrapassou o campo material: foi emocional, espiritual e afetivo. Ela segurou minha mão quando o medo apareceu, me abraçou quando o cansaço pesou e me incentivou quando duvidei de mim. Este trabalho carrega silenciosamente sua coragem, sua resiliência e o amor incondicional que me ensinou a seguir, mesmo quando o caminho parecia grande demais.

Ao meu pai, dirijo uma gratidão que me atravessa de maneira profunda. Em cada dia em que, mesmo exausto, ele me esperou ao final das aulas, havia muito mais que um simples gesto: havia cuidado, esforço, sacrifício e amor traduzido em presença. Isso me deu tranquilidade para estudar, segurança para sonhar e a certeza de que eu nunca estava sozinha. Cada carona, cada espera paciente, cada “vamos pra casa”, ficaram guardados como lembranças de um carinho silencioso, mas gigantesco.

Ao curso que escolhi, ofereço um agradecimento transbordante. Na universidade, encontrei horizontes que jamais imaginei alcançar. Entre eles, a oportunidade inesquecível de viver uma experiência acadêmica em Cuba, uma vivência que marcou profundamente minha formação e ampliou minhas percepções sobre sociedade, cultura, território e humanidade. Em terras estrangeiras, percebi que aprender também é atravessar fronteiras, dialogar com diferenças e reconhecer que o conhecimento é um movimento que se renova a cada encontro.

Ao meu orientador, dedico um agradecimento especial, carregado de profundo respeito e admiração. Ele não apenas me guiou academicamente, mas me apresentou a uma Geografia que pulsa, que questiona, que denuncia e que transforma. Descobri, ao seu lado, uma ciência viva, sensível, complexa e profundamente humana. Os trabalhos de campo que realizamos abriram meus olhos para realidades que não aparecem nos livros, mas que existem, resistem e ensinam. Cada orientação foi um convite a pensar mais, sentir mais e compreender melhor. Sou imensamente grata por sua dedicação, por acreditar em mim e por me conduzir em uma trajetória que mudou minha relação com o mundo.

À minha amiga Eula, agradeço com um carinho enorme. Ela esteve ao meu lado em tantos momentos em que eu precisei de apoio intelectual, emocional e até espiritual. Seu olhar atento sobre meus trabalhos, seus conselhos precisos, suas explicações generosas e sua disposição constante em ajudar tornaram a caminhada acadêmica muito mais leve. Mais do que uma amiga que conheci virtualmente e depois presencialmente, ela se tornou uma presença essencial, alguém que acolheu minhas dúvidas, dividiu minhas angústias e celebrou minhas conquistas.

Agradeço profundamente às pessoas das comunidades indígenas e quilombolas que encontrei ao longo desta trajetória. São elas que, com uma generosidade imensa, compartilharam saberes que não cabem em livros e que exigem sensibilidade para serem compreendidos. Seus modos de viver, suas memórias, suas narrativas, suas lutas e suas formas de resistência enriqueceram minha formação de um modo impossível de expressar apenas em palavras. Em cada visita, em cada conversa, em cada gesto de acolhimento, aprendi sobre dignidade, ancestralidade, território e vida. Levo comigo essas experiências como tesouros que moldaram minha visão de mundo.

Agradeço também aos colegas de curso, professores, funcionários, amigos e todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram com um gesto, uma palavra, uma orientação, um sorriso ou até mesmo um silêncio acolhedor. Nenhuma dessas presenças foi pequena. Cada uma, à sua maneira, ajudou a formar o caminho que me trouxe até aqui.

Este trabalho é fruto de muitas mãos, muitas vozes, muitos encontros. É resultado de noites de estudo, de campos percorridos, de páginas revisadas, de

desafios enfrentados e de afetos recebidos. É mais que um requisito acadêmico: é um símbolo da força das relações que me sustentaram, da potência da coletividade e da beleza que existe em aprender com e através do outro.

A todas essas pessoas, deixo aqui meu agradecimento mais profundo, sincero e emocionado. Que este texto seja um abraço envolvente, cheio de luz, gratidão e reconhecimento. Vocês fazem parte não apenas deste trabalho, mas da pessoa que me tornei ao longo desta jornada.

RESUMO

Esta monografia analisa a luta por território e a vulnerabilidade do trabalho escravo no estado do Maranhão – MA, assim destacando os impactos da expansão do agronegócio, a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as resistências das comunidades tradicionais, trazendo em específico à comunidade quilombola de Tanque da Rodagem e São João localizadas no município de Matões - MA. A pesquisa se baseou em revisão bibliográfica, levantamento de dados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relatórios da CPT, além de ter realizado uma busca sistemática por notícias sobre fiscalizações trabalhistas e trabalhos de campo em comunidades quilombolas, em portais de notícias utilizando o “alerta google”, além de trabalhos de campo na comunidade, com entrevistas e diálogos com lideranças e quilombolas. Os resultados indicam que o processo de financeirização e estrangeirização da terra intensificam os conflitos fundiários, fragilizando a agricultura familiar e comprometendo a soberania alimentar. Nesse contexto, o trabalho escravo contemporâneo se reproduz como parte estrutural do modelo agroexportador, manifestando-se em condições degradantes, jornadas exaustivas, servidão por dívida e coerção. A CPT tem desempenhado papel fundamental no assessoramento político, jurídico e cultural dos povos em resistência. O caso do território quilombola de Tanque da Rodagem e São João, em Matões, tem sido emblemático, onde mostra a resistência quilombola diante do processo de expansão da soja na região. Conclui-se que a luta por território no Maranhão vai além da posse da terra, envolvendo enfrentamentos às desigualdades históricas e à exploração laboral, e aponta para a necessidade de políticas efetivas de reforma agrária, combate ao trabalho escravo e fortalecimento das organizações populares.

Palavras-chave: Agronegócio. Conflitos territoriais. Comunidades tradicionais. Trabalho escravo. Maranhão.

RESUMEN

Esta monografía analiza la lucha por el territorio y la vulnerabilidad al trabajo esclavo en el estado de Maranhão, destacando los impactos de la expansión de la agroindustria, el trabajo de la Comisión Pastoril de la Tierra (CPT) y la resistencia de las comunidades tradicionales, con especial atención a las comunidades quilombolas de Tanque da Rodagem y São João, ubicadas en el municipio de Matões, Maranhão. La investigación se basó en una revisión bibliográfica, la recopilación de datos del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), informes de la CPT y una búsqueda sistemática de noticias sobre inspecciones laborales y trabajo de campo en comunidades quilombolas en portales de noticias mediante Alertas de Google, así como trabajo de campo en la comunidad, incluyendo entrevistas y diálogos con líderes y residentes quilombolas. Los resultados indican que el proceso de financiarización y la extranjerización de la tierra intensifica los conflictos territoriales, debilitando la agricultura familiar y comprometiendo la soberanía alimentaria. En este contexto, el trabajo esclavo contemporáneo se reproduce como parte estructural del modelo agroexportador, manifestándose en condiciones degradantes, jornadas laborales agotadoras, servidumbre por deudas y coerción. La Comisión Pastoril de la Tierra (CPT) ha desempeñado un papel fundamental en el apoyo político, legal y cultural a los pueblos en resistencia. El caso del territorio quilombola de Tanque da Rodagem y São João, en Matões, ha sido emblemático, demostrando la resistencia quilombola ante la expansión del cultivo de soja en la región. Se concluye que la lucha por el territorio en Maranhão va más allá de la propiedad de la tierra, implicando enfrentamientos con desigualdades históricas y explotación laboral, y apunta a la necesidad de políticas efectivas de reforma agraria, combate al trabajo esclavo y fortalecimiento de las organizaciones populares.

Palabras-clave: Agronegocios. Conflictos territoriales. Comunidades tradicionales. Trabajo esclavo. Maranhão.

LISTA DE SIGLAS

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CNA - Confederação Nacional da Agricultura

CPT - Comissão Pastoral da Terra

GETTrab - Grupo de Estudos Território e Trabalho

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

PNRA - Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária

SRB - Sociedade Rural Brasileira

UDR - União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. CONFLITOS TERRITORIAIS NO MARANHÃO E A VULNERABILIDADE PARA O TRABALHO ESCRAVO	18
2.1 Trabalho Escravo no MATOPIBA: Realidade Oculta nas Fronteiras Agrícolas	22
3. A ATUAÇÃO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) NO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E AOS CONFLITOS AGRÁRIOS NO MARANHÃO.....	36
3.1 CPT ATUANDO COM O MOVIMENTO DOS SEM- TERRA (MST).....	42
4. ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS : O caso do território Tanque da Rodagem e São João, em Matões-MA.....	46
4.1 O Território Como Espaço de Vida e Conflito: Tanque da Rodagem e São João – MA	51
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	65

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar as dinâmicas territoriais dos conflitos no estado do Maranhão, com ênfase na vulnerabilidade ao trabalho análogo à escravidão, considerando seus impactos sobre comunidades tradicionais e trabalhadores(as) rurais. Para tanto, busca-se identificar os principais fatores que desencadeiam os conflitos territoriais no estado, analisar as disputas envolvendo comunidades indígenas, quilombolas e camponesas, bem como examinar a atuação de instituições como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) na denúncia e no enfrentamento do trabalho escravo contemporâneo e dos conflitos agrários.

Ademais, o estudo toma como referência empírica o território quilombola de Tanque da Rodagem e São João, localizado no município de Matões (MA), buscando compreender como os conflitos territoriais se materializam no cotidiano da comunidade, bem como as estratégias de resistência, organização coletiva e afirmação de direitos construídas frente às ameaças impostas pelo avanço de atividades econômicas hegemônicas. A partir desse recorte, pretende-se contribuir para a reflexão crítica sobre as relações entre território, trabalho e poder no Maranhão contemporâneo.

O estado do Maranhão apresenta um cenário marcado por intensos conflitos territoriais envolvendo comunidades tradicionais, como povos indígenas, quilombolas e camponeses. Tais disputas, frequentemente invisibilizadas, estão profundamente associadas às desigualdades estruturais na distribuição da terra e à manutenção de relações de poder excludentes.

Um dos aspectos mais críticos desse contexto é a persistência do trabalho escravo contemporâneo, que incide, em especial, sobre trabalhadores(as) rurais em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica. As comunidades camponesas enfrentam múltiplas formas de conflito, destacando-se, entre elas, a luta pelo direito à terra. Além disso, sofrem com a ausência de políticas públicas eficazes e são frequentemente vítimas de violência, criminalização e repressão por parte de grandes proprietários de terra e empresas privadas interessadas na exploração econômica dos territórios em disputa.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), desde sua fundação em 1975, atua no monitoramento e na denúncia dos conflitos no meio rural brasileiro, especialmente no que se refere à violência contra camponeses – categoria que abrange diversos grupos sociais vinculados à vida e ao trabalho no campo. A CPT se consolidou como a principal entidade responsável por realizar pesquisas sistemáticas e documentar os conflitos agrários em nível nacional, constituindo um dos acervos mais relevantes sobre as lutas pela terra e território, bem como sobre os modos de resistência e reivindicação de direitos por parte dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, das águas e das florestas.

Os conflitos territoriais constituem-se como expressões de resistência e de enfrentamento em torno da posse, do uso e da propriedade da terra, bem como do acesso e controle dos recursos naturais, a exemplo dos seringais, babaçuais e castanhais. Tais conflitos envolvem uma diversidade de sujeitos sociais, entre os quais se destacam posseiros, assentados da reforma agrária, comunidades quilombolas e indígenas, trabalhadores sem terra, camponeses, quebradeiras de coco babaçu e castanheiros. Nesse contexto, práticas como ocupações ou retomadas de terras, assim como a formação de acampamentos, configuram-se como estratégias recorrentes de luta, compondo o conjunto de ações que caracterizam os chamados conflitos agrários.

A estrutura agrária brasileira, caracterizada por sua acentuada concentração fundiária, constitui o principal vetor gerador de tensões e violências no campo. A grilagem de terras, a influência de grandes proprietários na formulação de políticas públicas e a utilização sistemática de práticas coercitivas compõem um quadro histórico de usurpação territorial. Desde os primeiros processos de ocupação colonial, os povos indígenas foram as primeiras vítimas desse modelo, sendo dizimados em massacres que se estenderam até o século XX.

Dados da Comissão Pastoral da Terra referentes ao ano de 2017 indicam a gravidade da situação: foram registrados cinco assassinatos, dezesseis ameaças de morte e vinte e seis tentativas de homicídio contra indígenas. Paralelamente, os quilombolas, ao reivindicarem a titulação de seus territórios tradicionais, também se tornaram alvo de violência: naquele mesmo ano, foram contabilizados onze

assassinatos, quatro tentativas de homicídio e trinta e quatro ameaças de morte contra membros dessas comunidades.

Embora as violências no campo ocorram em todo o território nacional, observa-se maior incidência nas regiões Nordeste e Amazônica, especialmente nas áreas de fronteira agrícola e fundiária. As ocupações de terras, por sua vez, concentram-se em regiões de ocupação tradicional, historicamente marcadas pela exclusão e pela ausência de políticas públicas efetivas de reforma agrária e de regularização fundiária.

Uma das violências que temos no campo é a questão do trabalho escravo dentro da fronteira agrícola MATOPIBA que vem a partir do avanço do agronegócio, especialmente a soja.

O agronegócio tem sido parte do discurso desenvolvimentista da economia brasileira, com destaque na exportação de produtos como café, soja e carne. O Brasil aproveita suas áreas de solos férteis e clima favorável, mas a expansão do setor tem causado conflitos por terra com comunidades tradicionais. A regularização fundiária e o respeito aos direitos dessas comunidades são desafios importantes.

Segundo Elizete Barreto (2016), o agronegócio nacional controla grandes áreas voltadas para a exportação de *commodities*, sem beneficiamento local, e é dominado por grandes monopólios, como no caso da soja. A região do MATOPIBA, no cerrado, é uma área em crescimento, atraente para produtores devido ao custo das terras e condições favoráveis para a produção em larga escala. Com cerca de 6 milhões de habitantes, o MATOPIBA é uma importante fronteira agrícola, definida como uma área de expansão da produção agropecuária.

O trabalho escravo contemporâneo no Brasil, embora diferente da escravidão histórica, ainda persiste, especialmente em regiões de expansão agrícola como o MATOPIBA. Muitos trabalhadores buscam melhorar a vida de suas famílias, mas acabam em condições de exploração e coerção, com salários insuficientes e alojamentos inadequados. A legislação brasileira, através do artigo 149 do Código Penal, define o trabalho análogo à escravidão, incluindo jornadas exaustivas, condições degradantes, trabalho forçado e servidão por dívida. O Brasil também é signatário de tratados internacionais que proíbem a escravidão. É essencial a conscientização e a

aplicação de políticas para erradicar o trabalho escravo e garantir os direitos humanos dos trabalhadores.

Para tanto, será tomado como estudo de caso o território de Tanque da Rodagem, localizado no município de Matões (MA). A escolha dessa comunidade permite compreender, de forma empírica, como se constituem os processos de luta e afirmação territorial a partir da identidade coletiva, da organização política local e das práticas cotidianas de enfrentamento frente às ameaças externas. Ao analisar a trajetória de Tanque da Rodagem, busca-se evidenciar como os sujeitos do campo constroem resistências, demandam reconhecimento jurídico de seus territórios e desafiam a lógica hegemônica de ocupação da terra.

Dessa forma, para a realização deste trabalho fizemos a sistematização dos dados apresentados a partir de diferentes procedimentos metodológicos, de acordo com a natureza de cada tema analisado. No que se refere ao trabalho escravo, inicialmente foi utilizado um mecanismo de monitoramento de notícias por meio do Google, com o objetivo de identificar reportagens relacionadas ao tema. Após a notificação e o levantamento das matérias, foi feita uma leitura individual de cada notícia, permitindo a triagem e a seleção dos casos ocorridos na região do MATOPIBA. A partir desse recorte territorial, optou-se por selecionar duas notícias que melhor dialogassem com os objetivos da pesquisa, compondo assim o material qualitativo de análise.

Paralelamente, realizou-se a organização de uma tabela com dados quantitativos referentes à ocorrência de trabalho escravo na região do MATOPIBA, utilizando como fonte um arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Os dados abrangem o período de 1995 a 2023 e, visando facilitar a análise comparativa ao longo do tempo, foram selecionados os anos de 1995, 2005, 2015, 2022 e 2023 e os municípios com mais casos de cada estado da região. Essa seleção permitiu observar variações, permanências e tendências históricas relacionadas ao fenômeno do trabalho escravo na região.

No que diz respeito ao Quilombo Tanque da Rodagem e São João, a sistematização dos dados foi realizada a partir da análise dos *Cadernos de Conflitos no Campo*, também produzidos pela CPT. Com base nessa fonte, foram identificadas e

organizadas as informações referentes aos conflitos por terra ocorridos na comunidade no ano de 2022. A partir dessa análise, os dados foram organizados em forma de tabela, possibilitando uma visualização mais clara dos conflitos dentro da comunidade.

Esse processo de sistematização permitiu articular dados qualitativos e quantitativos, contribuindo para uma compreensão mais ampla das dinâmicas de exploração do trabalho e dos conflitos territoriais no MATOPIBA e no Quilombo Tanque da Rodagem e São João.

Para compor este trabalho também foram realizados trabalhos de campo visando a vivência e o conhecimento sobre o tema. Os trabalhos de campo constituíram uma etapa essencial para a pesquisa, pois possibilitaram a articulação entre dados documentais e as experiências concretas dos sujeitos envolvidos, aprofundando a compreensão das relações entre trabalho escravo, conflitos territoriais e expansão do agronegócio.

O primeiro campo foi realizado em São Luís (MA), no Centro de Formação Casa da Palmeira Dijé e Dada, durante um encontro com mulheres do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, que contou com a participação de integrantes do Grupo de Estudos Território e Trabalho (GETTrab). As discussões abordaram temas como violência contra a mulher, políticas educacionais no meio rural e trabalho escravo, destacando sua relação direta com o agronegócio. Os relatos das participantes revelaram situações de extrema precarização do trabalho, especialmente envolvendo mulheres, evidenciando a importância do campo como espaço de escuta e construção coletiva do conhecimento.

Já o segundo trabalho de campo ocorreu na comunidade quilombola Tanque da Rodagem e São João, onde foi possível compreender o território como uma construção histórica marcada por conflitos permanentes. As conversas com os moradores e a observação direta do território evidenciaram os impactos do avanço do MATOPIBA, expressos na destruição de casas, na restrição ao uso das áreas coletivas, no uso de agrotóxicos e nas intimidações às lideranças comunitárias. O georreferenciamento contribuiu para tornar visível a dimensão sistemática dessas violências, que se aproximam dos mecanismos do trabalho escravo contemporâneo ao produzir vulnerabilidade e inviabilizar a permanência no território.

A vivência nos babaquais e a roda de conversa final reforçaram a compreensão do território como base material e simbólica da vida quilombola, bem como o papel da CPT no apoio à comunidade. Assim, os trabalhos de campo mostraram-se fundamentais para evidenciar que a luta pelo território e o enfrentamento ao trabalho escravo são dimensões indissociáveis na realidade das comunidades pesquisadas.

Nesse sentido, as experiências vivenciadas durante os trabalhos de campo não podem ser compreendidas de forma isolada, mas articulam-se diretamente ao percurso formativo e intelectual que orientou a construção desta pesquisa. As reflexões produzidas a partir do contato com os territórios e com os sujeitos envolvidos dialogam com os debates teóricos assimilados ao longo da graduação, contribuindo para a consolidação de um olhar crítico sobre as relações entre território, trabalho e desigualdade. É a partir dessa articulação entre vivência empírica e formação acadêmica que se insere a trajetória que levou à definição do tema desta monografia.

A escolha do tema desta monografia está diretamente relacionada ao meu percurso acadêmico ao longo da graduação. Ingressei, em 2021, no curso de Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, formação que possibilitou o contato inicial com debates sobre relações raciais, território e processos históricos de resistência negra no Brasil. Desde então, esses temas passaram a orientar meus interesses de estudo e pesquisa, especialmente no que diz respeito às desigualdades sociais e territoriais presentes no contexto maranhense.

Ainda em 2021, integrei o Grupo de Estudos Território e Trabalho (GETTrab) como bolsista, experiência que foi fundamental para o aprofundamento teórico e metodológico sobre a questão agrária, os conflitos territoriais e as dinâmicas do trabalho no campo. Ao longo desse período, até 2025, participei de projetos de pesquisa, entre os quais se destacam Geografia da Questão Agrária no Maranhão: estudo acerca dos elementos da questão agrária no Estado do Maranhão e Dinâmicas espaciais do trabalho escravo contemporâneo no MATOPIBA: estudo da permanência das formas de exploração do trabalho escravo em uma região de avanço da fronteira agropecuária no Brasil.

A participação nesses projetos foi acompanhada pela realização de diversos trabalhos de campo, que contribuíram para a articulação entre os referenciais teóricos

estudados e a realidade empírica observada. Essas experiências permitiram compreender de forma mais concreta as dinâmicas dos conflitos agrários, a vulnerabilidade ao trabalho escravo e os impactos desses processos sobre comunidades tradicionais. Assim, a combinação entre formação acadêmica, participação em pesquisas e vivências de campo foi determinante para a definição do tema desta monografia.

2. CONFLITOS TERRITORIAIS NO MARANHÃO E A VULNERABILIDADE PARA O TRABALHO ESCRAVO

No Brasil, se tem uma narrativa criada de que o agronegócio é um dos principais setores de economia, sendo responsável por uma grande parte das exportações do país. Seguindo essa narrativa criada, o Brasil é um dos maiores exportadores mundiais de café, soja, milho, cana-de-açúcar, carne bovina e aves. Sendo assim, o país possui algumas vantagens naturais, como por exemplo vastas áreas de solos férteis, clima favorável e disponibilidade de recursos hídricos. Porém, esse é um discurso criado para enaltecer o agro e que esconde sérias contradições.

A expansão do agronegócio frequentemente envolve a aquisição de terras, o que pode gerar conflitos com comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas. A regularização fundiária e o respeito aos direitos dessas populações são desafios cruciais.

De acordo com Elizete Barreto, em seu artigo intitulado “O MATOPIBA E AS COMUNIDADES CAMPONESAS: contradições e invisibilidade” (2016), o agronegócio assume novas configurações no cenário nacional. Ele controla áreas territoriais cada vez mais extensas, com produção voltada principalmente para o mercado de exportação, representado pelas *commodities*. As *commodities* são gerenciadas pelas bolsas de valores internacionais, o que intensifica a centralização e o controle da atividade pelos grandes monopólios. Um exemplo emblemático é a soja, cuja produção atualmente é controlada por cinco empresas (Cargill, ADM, Bunge, Dreyfus-Coinbra e Amaggi) devido a fusões e aquisições. Essas empresas chegaram a operar 30 plantas industriais de esmagamento de grãos no Brasil em 2004 (Medeiros e Leite, 2012).

Essa configuração regional está relacionada à busca desses grupos por instalações próximas às regiões produtoras, como o Mato Grosso e o Oeste baiano, que estão em expansão para os estados de Maranhão, Tocantins e Piauí. O MATOPIBA, predominantemente localizado no cerrado, tem experimentado crescimento nos últimos anos. Sua formação está intrinsecamente ligada ao agronegócio, com produtores do Sul migrando para essa região devido ao preço das terras. O MATOPIBA reúne condições favoráveis para a produção em larga escala, incluindo vastas áreas de

terras planas, férteis, mecanizáveis e abundância de recursos hídricos, desafiando o estereótipo que frequentemente associa todo o Nordeste brasileiro à seca.

Criada pela Lei nº 8.447, de 6 de maio de 2015, a região do MATOPIBA abriga cerca de 6 milhões de habitantes, de acordo com o Censo de 2010 (IBGE), e tem se destacado mundialmente por seu potencial na produção de grãos.

A região do MATOPIBA é reconhecida como uma importante fronteira agrícola, sendo definida como uma área de expansão da produção agrícola. Quando pensamos na palavra “fronteira” se vem à mente algo relacionado a separação de dois lugares, existindo uma fronteira dividindo esses espaços. Já quando pensamos em “agrícola” nos remete a algo relacionado à agricultura.

Segundo Alves (2024) no seu texto intitulado como “A fronteira agrícola como objeto de estudo: gênese, transformação socioespacial e regionalização: o caso dos Cerrados do centro-norte do Brasil” a fronteira agrícola deve ser compreendida a partir de uma perspectiva multidimensional, que ultrapassa uma definição meramente territorial. Do ponto de vista de sua materialidade espacial, trata-se de uma ampla área em processo contínuo de transformação, marcada pela intensificação da produção agropecuária, madeireira e mineral, orientada sobretudo para a produção de commodities voltadas prioritariamente ao mercado internacional. Essa configuração expressa a incorporação progressiva de novos territórios à dinâmica do capital, redefinindo usos da terra, formas de ocupação e relações socioeconômicas no espaço dos Cerrados do centro-norte do Brasil.

Nesse sentido, a compreensão da fronteira agrícola proposta por Alves (2024) permite ampliar o entendimento do conceito para além de uma simples delimitação espacial. Ao articular a expansão produtiva às transformações socioespaciais e às dinâmicas do capital, a noção de fronteira agrícola passa a ser entendida como um processo histórico e socialmente construído, marcado por intensas disputas em torno do uso da terra, da apropriação dos recursos naturais e dos impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes desse movimento. Assim, a fronteira agrícola configura-se como um espaço dinâmico, no qual o aumento da produção agrícola está intrinsecamente associado a reestruturações territoriais e a conflitos que atravessam diferentes dimensões da vida social.

O termo "fronteira agrícola" pode se referir também à delimitação de áreas em que ocorre o aumento da produção agrícola, caracterizando-se como um cenário dinâmico que envolve questões socioeconômicas e ambientais significativas.

No contexto da agricultura, a fronteira agrícola é um conceito que descreve a expansão da produção agropecuária em determinadas regiões. Trata-se de um processo que influencia não apenas a agricultura em si, mas também questões relacionadas ao comércio, migração, segurança e cooperação entre os países envolvidos.

É importante ressaltar que a fronteira agrícola requer uma abordagem equilibrada e sustentável, uma vez que suas atividades podem ter impactos significativos no meio ambiente e na sociedade. Dessa forma, é fundamental considerar os aspectos socioeconômicos e ambientais ao promover o desenvolvimento das áreas fronteiriças e garantir a sustentabilidade das práticas agrícolas nesses locais.

A compreensão crítica da fronteira agrícola, portanto, não pode ser dissociada das relações de trabalho que se estruturam nesses espaços. Embora o discurso do desenvolvimento frequentemente enfatize a modernização e o crescimento econômico das áreas de expansão agrícola, é necessário questionar como esse processo se materializa nas condições concretas de vida e trabalho dos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, ao avançar sobre territórios marcados por desigualdades históricas, a fronteira agrícola pode reproduzir formas de exploração que remetem a práticas herdadas do passado escravista, ainda que sob novas configurações. Assim, refletir sobre a sustentabilidade socioambiental dessas áreas implica, também, problematizar a permanência do trabalho escravo contemporâneo e suas conexões com a dinâmica de expansão do capital no campo.

A análise da fronteira agrícola exige considerar as relações de trabalho que se estruturam nesses espaços, frequentemente marcadas por profundas desigualdades sociais. Apesar do discurso da modernização, a expansão do capital no campo tende a reproduzir formas de exploração que atualizam práticas herdadas do passado escravista, o que torna necessária a problematização do trabalho escravo contemporâneo. Nesse sentido, a obra "Os camponeses e a política no Brasil", de José de Souza Martins (1981), mostra-se fundamental, pois evidencia que a questão agrária

brasileira é atravessada por relações históricas de poder, expropriação e violência, que se expressam de forma particular nos conflitos territoriais no Maranhão.

Martins (1981), constitui um referencial teórico fundamental para analisar as dinâmicas de expropriação, violência e resistência que marcam o campo brasileiro. Para o autor, a questão agrária não pode ser entendida apenas como um problema econômico ou produtivo, mas como uma expressão histórica das desigualdades sociais e das relações de poder que estruturam a sociedade brasileira.

O autor demonstra que o avanço do capitalismo no campo brasileiro ocorre de forma contraditória, combinando elementos modernos e arcaicos. Ao contrário da ideia de que o desenvolvimento capitalista eliminaria as formas tradicionais de produção e organização social, o autor evidencia que o campesinato é continuamente produzido pela própria dinâmica do capital, especialmente nos contextos de fronteira agrícola. Nesses espaços, a expansão da grande propriedade e do agronegócio se realiza por meio da expulsão de camponeses, da concentração fundiária e da negação sistemática de direitos, gerando conflitos que não são ocasionais, mas estruturais.

Essa obra permite compreender os conflitos territoriais no Maranhão como parte de um processo histórico mais amplo, no qual a terra se torna objeto central de disputa entre diferentes projetos de sociedade. Conforme aponta Martins (1981), a violência no campo não é um desvio do sistema, mas um mecanismo recorrente de controle social, utilizado para garantir a apropriação privada da terra e a submissão dos trabalhadores rurais. Assim, as ameaças, expulsões, assassinatos e criminalizações das lutas camponesas devem ser interpretadas como parte integrante da lógica de expansão do capital agrário.

No contexto das fronteiras agrícolas, como a região do MATOPIBA, essa dinâmica se intensifica. Martins (1981) analisa a fronteira como um espaço de incorporação violenta de territórios ao mercado, no qual populações tradicionais são desestruturadas e transformadas em mão de obra excedente. Esse processo produz sujeitos socialmente vulnerabilizados, frequentemente deslocados de seus territórios de origem e obrigados a aceitar condições precárias de trabalho. Dessa forma, a fronteira agrícola não representa apenas um avanço produtivo, mas também um espaço de reprodução das desigualdades e da exploração extrema do trabalho.

Essa interpretação contribui diretamente para a análise do trabalho escravo contemporâneo. Embora José de Souza Martins não utilize o conceito jurídico de trabalho análogo à escravidão nos moldes atuais, sua obra evidencia que o capitalismo brasileiro se sustenta, historicamente, na utilização de formas de exploração que negam direitos básicos aos trabalhadores. O autor demonstra que a submissão do camponês ocorre por meio da dependência econômica, da coerção, da violência simbólica e material e da ausência de alternativas de sobrevivência fora das relações impostas pelo latifúndio e pelo capital.

Nesse sentido, o trabalho escravo contemporâneo pode ser compreendido não como uma herança isolada do passado escravista, mas como uma expressão atualizada dessas relações desiguais. Nas regiões de expansão do agronegócio, como o MATOPIBA, a combinação entre concentração fundiária, deslocamento forçado de populações e ausência de políticas públicas cria condições propícias para a exploração do trabalho em jornadas exaustivas, condições degradantes e servidão por dívida. Essas práticas não representam um atraso ao desenvolvimento, mas são funcionais ao modelo agroexportador, que necessita de mão de obra barata, descartável e socialmente invisibilizada.

Assim, ao dialogar com a obra de Martins (1981), torna-se possível compreender que os conflitos territoriais e o trabalho escravo contemporâneo não são fenômenos desconectados, mas dimensões interligadas de um mesmo processo histórico. A luta por território, a resistência das comunidades tradicionais e a permanência de formas extremas de exploração do trabalho revelam as contradições profundas da modernização agrícola no Brasil, especialmente em estados como o Maranhão, onde o avanço do agronegócio se dá sobre territórios historicamente ocupados por camponeses e quilombolas.

2.1. Trabalho Escravo no MATOPIBA: Realidade Oculta nas Fronteiras Agrícolas

Quando se considera o tema do trabalho escravo, é comum a associação imediata com a escravidão histórica, que afetou os povos africanos e indígenas no

Brasil e em todo o mundo. No entanto, é crucial analisar se essas formas de trabalho ainda persistem e se há mudanças significativas nesse contexto contemporâneo.

Atualmente, o conceito de trabalho é confundido com o de emprego e está associado à obtenção de remuneração em troca da realização de atividades laborais. No entanto, é evidente que em muitos casos os trabalhadores recebem salários insuficientes em relação ao esforço despendido. Nesse sentido, é pertinente compreender a existência de práticas que podem ser consideradas como trabalho escravo.

É comum ouvir relatos de pessoas que se deslocam para outras regiões em busca de oportunidades de trabalho para melhorar as condições de vida de suas famílias. Em alguns casos, esses indivíduos se deparam com situações de exploração e coerção, que caracterizam o trabalho escravo. Muitos trabalhadores são submetidos a condições degradantes, realizando atividades diversas daquelas previamente acordadas, sem acesso adequado a alojamento e alimentação, chegando em alguns casos a compartilhar abrigo e comida com animais em fazendas.

É importante ressaltar que muitos indivíduos que se encontram nessas circunstâncias permanecem presos nesse ciclo de exploração, sem conseguir se libertar. Alguns conseguem escapar, porém muitos não têm coragem de denunciar as violações sofridas. Em certas situações, os trabalhadores sentem-se obrigados a permanecer para "quitar" uma suposta dívida com o empregador, permanecendo em condições desumanas até saldarem essa obrigação.

A análise dessas situações revela que o trabalho escravo ainda persiste em nosso contexto contemporâneo, apesar dos esforços para combater essa prática e proteger os direitos dos trabalhadores. É fundamental promover a conscientização e a aplicação de políticas eficazes para erradicar o trabalho escravo em todas as suas formas, garantindo o respeito à dignidade e aos direitos humanos dos trabalhadores.

Considerando a existência de tais circunstâncias, é imperativo examinar o que a legislação brasileira estipula a respeito. O artigo 149 do Código Penal Brasileiro define os elementos constitutivos do crime de redução de um indivíduo à condição análoga à de escravo, quais sejam: a submissão a trabalhos forçados ou a jornadas exaustivas, a

exposição a condições degradantes de trabalho, e a imposição de restrições à locomoção do trabalhador em razão de dívida contraída com o empregador.

Adicionalmente, o Brasil é signatário do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos das Nações Unidas de 1966, ratificado em 1992, que proíbe explicitamente todas as formas de escravidão em seu Artigo 8°.

Conforme estabelecido pelo artigo 149 do Código Penal Brasileiro, o trabalho análogo à escravidão abrange os seguintes aspectos: uma jornada de trabalho exaustiva que pela lei seria ultrapassar às 8 horas de trabalho somando mais horas extras, sem direito a pausas ou descanso. Temos também as condições de trabalho degradantes, onde não respeitam os direitos básicos, como por exemplo, falta de água ou o não pagamento do trabalho. Como uma das principais características do trabalho escravo temos obviamente o trabalho forçado onde o indivíduo não tem voz sobre ou liberdade e deve realizar o que está sendo mandado contra a sua vontade. E por fim, servidão por existência de dívida onde o empregador cria dívidas fictícias para o empregado, sendo assim obrigando-o a pagá-lo ilegalmente.

A partir das discussões anteriores, é possível compreender as notícias que serão apresentadas a seguir. A criação do MATOPIBA, caracterizado como uma fronteira agrícola, tem implicado não apenas no desenvolvimento do agronegócio, mas também na emergência de situações de trabalho escravo. Muitos trabalhadores migram de suas terras de origem para atuar nas fazendas do agronegócio, onde frequentemente enfrentam condições degradantes de trabalho, conforme já relatado anteriormente.

O trabalho escravo tem se assumido como parte do agronegócio, assim, fica evidente, a partir das notícias que fizemos reunimos como parte da pesquisa, tal como o apontado pelo portal Instituto “INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS” com a notícia intitulada como “MINISTÉRIO DO TRABALHO RESGATA 54 ‘ESCRAVOS’ EM FAZENDA DE SOJA NO PIAUÍ”, onde descreve a situação de trabalho escravo em uma fazenda de soja, na qual os trabalhadores realizavam a limpeza manual da área agrícola, removendo raízes do solo. Além disso, a notícia relata que esses trabalhadores não possuíam registro formal em carteira e não utilizavam equipamentos de proteção individual.

O grupo de trabalhadores que executavam essas atividades na fazenda havia migrado de cidades do interior do Piauí e do Maranhão. Eles estavam alojados em barracas de plástico e utilizavam a área de mata como banheiro, configurando uma situação degradante para os mesmos

A seguir, uma imagem que foi publicada no noticiário (Imagem 1):

IMAGEM 1: Área da fazenda onde foram encontrados os trabalhadores.



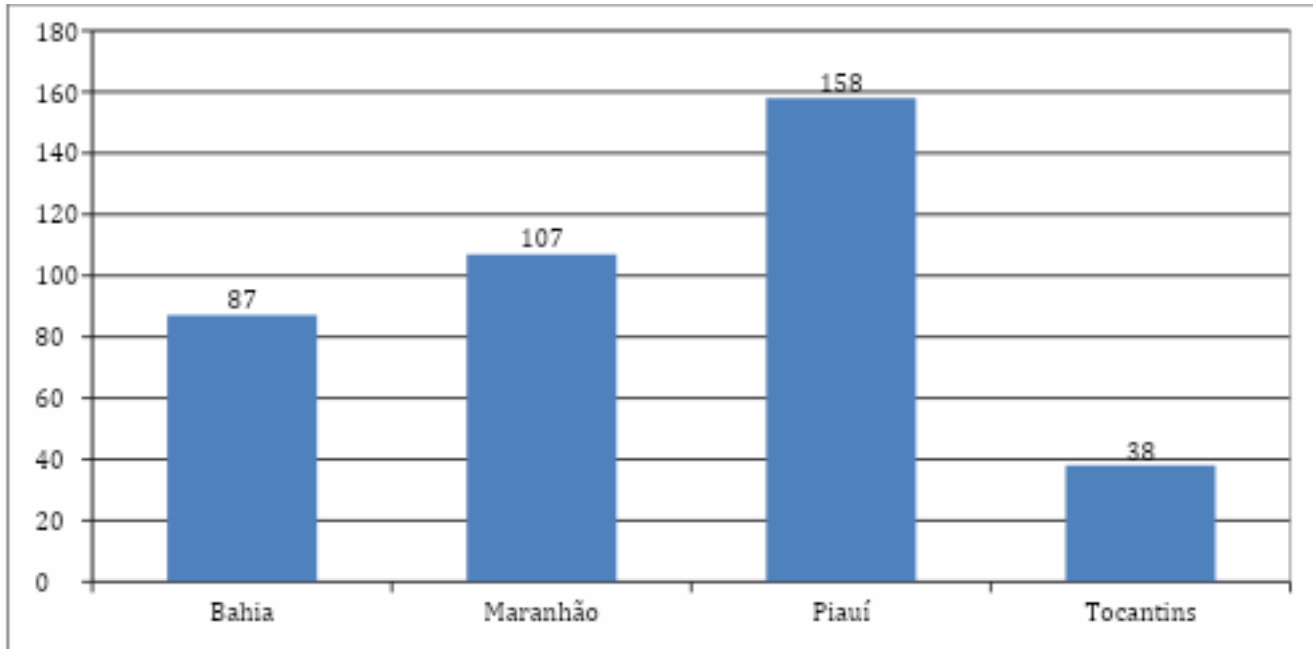
Fonte: Instituto Humanitas Unisinos (2018).

Por fim, foi notificado que os donos tiveram que arcar com o pagamento de todos os direitos trabalhistas às pessoas resgatadas.

Outro material para analisarmos e refletir, seria a notícia intitulada como “Fiscalização resgata 3.190 do trabalho análogo à escravidão em 2023, maior número em 14 anos”, vinculada pelo noticiário “Rede Brasil atual”, nos relata acerca de dados de que grupos móveis de fiscalização resgataram 3.190 pessoas do trabalho análogo à escravidão em 2023. Foi o maior número em 14 anos, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Em relação a 2022, por exemplo, o crescimento foi de 23%. Também foram registrados recordes históricos do número de fiscalizações (598 estabelecimentos urbanos e rurais) e de pagamento de verbas rescisórias, que somaram quase R\$12,9 milhões.

No noticiário nos mostra dados de resgates por UF em 2023, porém pegando o foco dos estados que fazem parte do MATOPIBA, temos:

Gráfico 1: Número de resgates por UF no ano de 2023.



Fonte: Rede Brasil Atual (2024).

Abaixo temos uma imagem que foi publicada no portal “Rede Brasil atual” (Imagem 2) :

IMAGEM 2: Trabalhadores resgatados mostram as mãos feridas devido à falta inclusive de equipamentos de proteção individual.



Fonte: Rede Brasil Atual (2024).

Diante desse cenário evidenciado pelos dados nacionais sobre o avanço do trabalho análogo à escravidão, torna-se fundamental articular essas informações às realidades concretas vivenciadas nos territórios. Nesse sentido, os números apresentados pelo Ministério do Trabalho e Emprego não se restringem a estatísticas abstratas, mas se materializam nas experiências cotidianas de grupos historicamente vulnerabilizados, como as mulheres trabalhadoras do Maranhão. É a partir dessa perspectiva que o trabalho de campo realizado em São Luís adquire centralidade analítica, ao possibilitar a aproximação com as trajetórias, lutas e estratégias de resistência construídas coletivamente por mulheres vinculadas ao Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, evidenciando como os processos de

exploração do trabalho se articulam às dimensões de gênero, território e organização social.

Em uma incursão ao trabalho de campo realizado no município de São Luís, no estado do Maranhão, um grupo de mulheres se reuniu no Centro de Formação Casa da Palmeira Dijé e Dada. Esse encontro ocorreu em 22 de maio de 2024, com a participação do movimento interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. Alguns membros do Grupo de Estudos Território e Trabalho (GETTrab) foram convidados para apresentar suas pesquisas relacionadas a essas mulheres.

O professor Sávio José, que coordenava o encontro, fez uma breve introdução dos participantes que contribuiram para a discussão. Em seguida, a palavra foi passada para Amanda Ribeiro Bezerra, que abordou a questão da violência contra a mulher. Ela discutiu as formas de denúncia e destacou a sensibilidade e importância do tema, considerando a presença significativa de mulheres no evento. Posteriormente, Ana Cláudia apresentou suas reflexões sobre as políticas educacionais no contexto rural, apesar das dificuldades enfrentadas devido à conexão com a internet.

A discussão também incluiu o tema do trabalho escravo. Pudemos, nesse momento, fazer uma relação entre o trabalho escravo e o agronegócio. Assim, questionamos os presentes sobre o conhecimento desse setor e como ele impactou suas terras e a agricultura familiar. A explanação abordou como grandes empresas prometem oportunidades de trabalho para pessoas do campo, mas muitas acabam vivendo em condições de escravidão, sem moradia adequada, alimentação ou pagamento justo. Um relato comovente foi compartilhado por uma participante, cujo filho escapou por pouco dessa realidade.

Nesse momento, outro participante da atividade, Jhonas da Silva Correia, por sua vez, apresentou dados sobre o trabalho escravo e as empresas na região do MATOPIBA. Por fim, a Ana Beatriz Pereira Ferreira contribuiu com informações sobre o trabalho doméstico em grandes fazendas. Ela destacou como muitas mulheres são tratadas como empregadas, responsáveis por todas as tarefas domésticas e pelo cuidado das crianças dos patrões. Os relatos das mulheres presentes revelaram experiências difíceis, incluindo negligência, corte de cabelo forçado e, em alguns casos, abuso sexual.

Abaixo temos uma imagem do encontro (Imagem 3):

IMAGEM 3: Momento de discussão.



Fonte: Acervo do Grupo de Estudos Território e Trabalho (GETTrab) (2024).

Esta imagem representa a força das organizações tradicionais, especialmente das quebradeiras de coco babaçu, que integram a luta por território e proteção ambiental. O encontro demonstra como a produção de conhecimento se articula com a resistência comunitária, fortalecendo a autonomia das mulheres rurais e suas estratégias de defesa contra o avanço do agronegócio. Este tipo de formação é fundamental pois articula denúncia, educação, organização política e fortalecimento da identidade territorial. A presença ativa das mulheres reforça a perspectiva de que elas são protagonistas da luta socioterritorial no Maranhão.

Associado a esse diálogo, os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), onde contém dados sobre trabalho escravo no Brasil e que foram apresentados mostram o papel do MATOPIBA.

Na Bahia, 62 municípios registraram casos de trabalho escravo, foram encontrados o total de 62 municípios com trabalho escravo no período que compreende os anos de 1995 a 2023. Dentre esses municípios, estão os de Barreiras, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Salvador e São Desidério que apresentam a maior quantidade de casos registrados no estado, conforme a tabela a seguir:

TABELA 1: CASOS DE TRABALHO ESCRAVO ENTRE OS ANOS DE 1995 A 2023 NO ESTADO DA BAHIA

MUNICÍPIOS	1995	2005	2015	2022	2023
Barreiras	9 casos	1 caso	0 casos	0 casos	0 casos
Formosa do Rio Preto	12 casos	2 casos	0 casos	0 casos	0 casos
Riachão das Neves	7 casos	0 casos	0 casos	0 casos	0 casos
Salvador	18 casos	0 casos	0 casos	7 casos	2 casos
São Desidério	16	2 casos	0 casos	0 casos	0 casos

Fonte: CPT (2023).

A análise da tabela referente aos casos na Bahia indica que, embora alguns municípios tenham registrado um número maior de casos em comparação com outros, houve uma tendência geral de redução ao longo dos anos. Tomando como exemplo o município de Salvador, observa-se que, no ano de 1995, foram registrados um total de 18 casos. Em contraste, no ano de 2022, o número de casos diminuiu para 7, e em

2023, registrou-se uma diminuição ainda mais significativa, com apenas 2 casos reportados.

No Maranhão, 78 municípios registraram casos de trabalho escravo, no período que compreende os anos de 1995 a 2023. Dentre esses municípios, estão os de Açaílândia, Balsas, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu e Santa Luzia, que apresentam a maior quantidade de casos registrados no estado, conforme a tabela a seguir:

TABELA 2: CASOS DE TRABALHO ESCRAVO ENTRE OS ANOS DE 1995 A 2023 NO ESTADO DO MARANHÃO

MUNICÍPIOS	1995	2005	2015	2022	2023
Açaílândia	102 casos	9 casos	0 casos	0 casos	0 casos
Balsas	13 casos	0 casos	0 casos	1 caso	0 casos
Bom Jesus das Selvas	25 casos	2 casos	0 casos	0 casos	0 casos
Buriticupu	14 casos	0 casos	1 caso	0 casos	0 casos
Santa Luzia.	35 casos	1 caso	0 casos	0 casos	0 casos

Fonte: CPT (2023).

A análise da tabela referente aos casos no Maranhão indica que, embora alguns municípios tenham registrado um número maior de casos em comparação com outros, houve uma tendência geral de redução ao longo dos anos. Tomando como exemplo o município de Açaílândia, observa-se que, no ano de 1995, foram registrados um total de 102 casos. Em contraste, no ano de 2005, o número de casos diminuiu para 9, e em 2023, registrou-se uma diminuição ainda mais significativa, com apenas 0 casos reportados.

No Piauí, 61 municípios registraram casos de trabalho escravo, no período que compreende os anos de 1995 a 2023. Dentre esses municípios, estão os de Bom

Jesus, Canto do Buriti, Palmeira do Piauí, Santa Filomena e Uruçui, que apresentam a maior quantidade de casos registrados no estado, conforme a tabela a seguir:

TABELA 3: CASOS DE TRABALHO ESCRAVO ENTRE OS ANOS DE 1995 A 2023 NO ESTADO DO PIAUÍ

MUNICÍPIOS	1995	2005	2015	2022	2023
Bom Jesus	4 casos	0 casos	0 casos	0 casos	0 casos
Canto do Buriti	4 casos	0 casos	0 casos	3 casos	0 casos
Palmeira do Piauí	4 casos	0 casos	0 casos	2 casos	1 caso
Santa Filomena	3 casos	0 casos	0 casos	1 caso	0 casos
Uruçui	5 casos	0 casos	0 casos	0 casos	1 caso

Fonte: CPT (2023).

A análise da tabela referente aos casos no Piauí indica que, embora alguns municípios tenham registrado um número maior de casos em comparação com outros, houve uma tendência geral de redução ao longo dos anos. Tomando como exemplo o município de Uruçui, observa-se que, no ano de 1995, foram registrados um total de 5 casos. Em contraste, no ano de 2005, o número de casos diminuiu para 0, e em 2023, registrou com apenas 1 caso reportado.

No Tocantins, 85 municípios registraram casos de trabalho escravo, no período que compreende os anos de 1995 a 2023. Dentre esses municípios, estão os de Ananás, Araguaína, Arapoema, Bandeirantes do Tocantins e Xambioá, que apresentam a maior quantidade de casos registrados no estado, conforme a tabela a seguir:

TABELA 4: CASOS DE TRABALHO ESCRAVO ENTRE OS ANOS DE 1995 A 2023 NO ESTADO DO TOCANTINS.

MUNICÍPIOS	1995	2005	2015	2022	2023
Ananás	25 casos	7 casos	0 casos	0 casos	0 casos
Araguaína	22 casos	4 casos	0 casos	0 casos	0 casos
Arapoema	18 casos	1 caso	0 casos	0 casos	0 casos
Bandeirantes do Tocantins	14 casos	1 caso	0 casos	0 casos	0 casos
Xambióa	15 casos	1 caso	1 caso	0 casos	0 casos

Fonte: CPT (2023).

A análise da tabela referente aos casos no Tocantins indica que, embora alguns municípios tenham registrado um número maior de casos em comparação com outros, houve uma tendência geral de redução ao longo dos anos. Tomando como exemplo o município de Ananás, observa-se que, no ano de 1995, foram registrados um total de 25 casos. Em contraste, no ano de 2005, o número de casos diminuiu para 7, e em 2023, registrou uma diminuição ainda mais significativa, com apenas 0 casos reportados.

A análise comparativa das tabelas referentes aos estados que compõem o MATOPIBA, considerando os casos de trabalho escravo entre os anos de 1995 e 2023, permite compreender que a redução observada em determinados municípios não significa, necessariamente, a erradicação dessa prática, mas revela mudanças na sua distribuição territorial e nas formas de registro e fiscalização. O recorte temporal adotado de 1995, 2005, 2015, 2022 e 2023 evidencia que, nos cinco municípios selecionados em cada estado, os maiores índices de casos concentravam-se em 1995, enquanto em 2023 os registros se aproximam de zero. Essa diminuição pode ser

associada, em parte, ao fortalecimento das ações de fiscalização ao longo dos anos, à criação de grupos móveis de combate ao trabalho escravo, ao aprimoramento dos marcos legais e à atuação de instituições como o Ministério do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho e organizações da sociedade civil, que contribuíram para a repressão e a denúncia dessas práticas.

Entretanto, é fundamental salientar que a queda dos casos nos municípios analisados não implica uma redução generalizada no território do MATOPIBA. Observa-se, ao contrário, o deslocamento das ocorrências para outros municípios não contemplados nas tabelas, indicando uma reconfiguração espacial do trabalho escravo contemporâneo. Esse processo torna-se ainda mais evidente durante os anos recentes, especialmente no período correspondente ao governo Bolsonaro, marcado pelo enfraquecimento das políticas de fiscalização, cortes orçamentários, desmonte institucional e discursos que relativizaram a gravidade do trabalho escravo. Assim, os dados apontam para a necessidade de uma leitura crítica, que compreenda a redução localizada dos casos como resultado tanto de avanços institucionais em determinados períodos quanto de estratégias de dispersão e invisibilização da exploração do trabalho em outros contextos territoriais.

Nesse sentido, a presença de organizações que historicamente acompanham os conflitos agrários e as violações de direitos no campo assume papel central para a leitura crítica desses dados, permitindo compreender que os números expressam não apenas a incidência do trabalho escravo, mas também as condições políticas e institucionais que possibilitam sua visibilização e enfrentamento.

A leitura desses dados evidencia que a redução numérica dos casos registrados em determinados municípios não pode ser analisada de forma isolada, desconsiderando os processos sociais e institucionais que contribuem para esse cenário. Nesse contexto, a atuação de organizações que historicamente acompanham e intervêm nos conflitos agrários torna-se um elemento central para a compreensão dessas transformações. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), ao longo de sua trajetória, tem desempenhado papel fundamental no monitoramento das violações, na assessoria às comunidades e na mediação de conflitos, contribuindo tanto para a visibilização quanto para o enfrentamento das situações de exploração e violência no

campo. Assim, a análise quantitativa dos casos se articula à dimensão qualitativa da atuação de instituições como a CPT, cuja presença nos territórios influencia diretamente as dinâmicas de denúncia, resistência e garantia de direitos.

3. A ATUAÇÃO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) NO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E AOS CONFLITOS AGRÁRIOS NO MARANHÃO

A CPT surgiu na década de 1970 (MARTINS, 1983), num momento de disputa da representação das organizações camponesas entre igreja, movimento sindical e movimentos partidários comunistas. Atualmente, ela tem uma atuação de assessoria com comunidades, que passa pela escuta dessas comunidades, até a assessoria técnica e jurídica, atuando em várias comunidades em situação de conflito, dando suporte diverso às associações e outros tipos de organizações.

As comunidades camponesas no estado do Maranhão enfrentam diversos conflitos, por exemplo, conflitos por terra . Além disso, muitos camponeses sofrem com a falta de apoio governamental e são vítimas de violência e criminalização por parte de fazendeiros e empresas que disputam a posse de terra.

Na igreja, antes da fundação da Comissão Pastoral da Terra, já havia vozes de dentro da igreja católica no Brasil que eram contra os latifúndios e que acreditavam que a reforma agrária resolveria os conflitos no campo. Uma dessas vozes foi o Dom Pedro Casaldáliga, ele afirmava que: “A injustiça tem um nome nesta terra: o latifúndio. E o único nome certo do desenvolvimento aqui é a reforma agrária.” Dando a entender o contexto da época de 1970, na qual levou a alguns membros da igreja a se posicionar diante da questão agrária, inclusive criando a CPT.

A CPT foi fundada em 1975, em um encontro de pastoral da região amazônica. Para Dom Tomás Balduino, a CPT foi criada no momento em que o grande capital avançava para a Amazônia atropelando indígenas e camponeses, por meio de genocídios e massacres e diante da impunidade dos militares e dos pistoleiros.

A Comissão Pastoral da Terra, tendo a Amazônia como referência, nasceu do engajamento da Igreja Católica diante dos problemas sociais no campo e que foi desse engajamento, na luta pelo fim da violência, que a CPT constitui numa das principais entidades de enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo no meio rural. (SILVA,2016, p. 13).

Segundo a autora Adriance (apud CORSO, 2012, p. 33), a criação da CPT gerou meios da instituição assumir uma posição clara em favor dos direitos dos camponeses e

da realização de uma reforma agrária. Já para D. Tomás Balduino (apud CORSO, 2012, p. 88), foi importante para a criação da CPT a opção pelos pobres, assumida pela Igreja:

Há um ponto fundamental nesta abertura para o nosso continente de maioria pobre, de índios, de camponeses. Aconteceu a famosa opção preferencial pelos pobres”. Ora, a Igreja sempre se relacionou com os mais pobres mediante as obras de misericórdia. Aqui, porém, ocorreu uma profunda virada. Pobre não é mais entendido como objetivo de nossa ação caritativa. Pobre é sujeito, autor e destinatário de sua própria história.

A partir da segunda metade da década de 1970, quando a CPT iniciou o trabalho de denúncia das situações que ocorriam no campo, os militares passaram a afirmar que ela estava gerando conflito com o governo. Para Adriance (apud CORSO, 2012, p. 89), a CPT começou com o objetivo principal que era a documentação, seus escritórios regionais coletam informações sobre todas as formas de conflito relacionados à terra. Assim, a CPT se tornou reconhecida mesmo por pessoas sem nenhuma ligação com a Igreja católica, como a fonte mais confiável de informações sobre problemas agrários no Brasil.

O trabalho da CPT visava assessorar os camponeses na criação e reestruturação dos sindicatos. No sentido religioso, a pastoral criou as Romarias da Terra e a Celebração dos mártires, visando unir os elementos da cultura popular com um discurso teológico enraizado na luta pela terra. Além das romarias, afirma-se que a CPT ajudou a criar as CEBS (Comunidades Eclesiais de Base) no meio rural. Pois quando os agentes visitavam uma comunidade rural, em decorrência de alguma situação de conflito, aproveitavam para formar pequenos grupos de pessoas que se reuniam para ler a bíblia e interpretá-la, conforme as suas realidades.

Estes grupos constituíam a base da Igreja progressista, que estava alicerçada na Teologia da Libertação. As práticas religiosas desenvolvidas pela CPT davam um caráter sagrado à luta pela terra e, assim, geravam maior legitimidade. Procurou interligar as lutas do presente com as lutas do passado, como por exemplo, Canudos que foi compreendida como uma luta pela terra motivada por uma religiosidade popular.

Ainda, segundo Adriance (apud CORSO, 2012, p. 90), o trabalho da CPT teve uma orientação política, com princípios que eram considerados importantes na prática,

como a não violência, a atitude de evitar organizar ocupações de terra, preferindo apoiar as ocupações organizadas pelos camponeses, não pretendendo ser um movimento social. A CPT assumiu um papel eminentemente político, nos primeiros anos, principalmente pela dificuldade que havia de os camponeses se organizarem com auxílio de meios sindicais, partidários e inclusive dos movimentos sociais. Mesmo fazendo parte da Igreja (Instituição religiosa) ela colaborou muito no processo político da luta pela terra.

Como um dos resultados da CPT, destaca-se a articulação dos Movimentos de Sem Terra que foram formados, no Sul do Brasil, no início dos anos 1980, e que levou a criação do MST. A CPT foi fundamental no processo de organização dos camponeses, no início, envolveu-se mais, com a organização dos trabalhadores rurais: sem-terra, bóias-frias e pequenos agricultores. Na década 1980, passou a se envolver na luta pela água e, também, pelos direitos humanos. E, a partir do ano 2000, incorporou temáticas ecológicas, envolvendo-se na luta dos quilombolas, dos indígenas e dos povos tradicionais. Segundo Silva (apud CORSO, 2012, p. 92):

É inegável que a Pastoral da Terra teve uma enorme contribuição da conscientização do país. A partir da comissão, enfrentaram-se os preconceitos das esquerdas no país, desenvolveram-se algumas disposições para a melhoria dos trabalhadores rurais e para a solução agrária, bem como de um notável crescimento da conscientização no campo e transformação do camponês em sujeito político.

Para o autor Ferreira (apud CORSO, 2012, p. 93), ele entende que a criação do MST foi o resultado dessa ação da CPT. Nos primeiros anos da década de 1980, a CPT priorizou apoio aos sindicatos, à CUT, ao PT, assim como aos movimentos sociais. O objetivo era fortalecer instituições civis que assumissem a luta pela terra e demais interesses dos camponeses. Neste sentido, a CPT foi importante na formação do MST.

A Igreja Católica sempre esteve presente em terras brasileiras, desde o início de sua colonização, “a presença de missionários franciscanos na expedição descobridora de Pedro Álvares Cabral e a celebração de uma primeira missa em território brasileiro servem de marcos simbólicos para caracterizar a atuação da igreja durante a ocupação” (MOREIRA, 2006, p. 99).

Com o avanço do capitalismo, a situação do campo brasileiro foi ficando cada vez mais caótica, os latifúndios com suas produções voltadas para o mercado internacional, diminuí cada vez mais a presença da agricultura familiar. Muitos donos de fazenda acabam tomando as terras dos agricultores como foi citado neste trabalho, fazendo com que muitos não tenham a sua própria forma de sustento. Alguns sem casa e sem o que comer acabam até em algumas vezes trabalhando para esses mesmos fazendeiros que tomaram as suas terras.

Lidar com os conflitos é um desafio para o novo governo federal, que precisará ter a capacidade de criar condições necessárias à consolidação dos direitos socioterritoriais dos povos e comunidades tradicionais, dos povos originários, de posseiros e sem-terra que lutam por uma política nacional de reforma agrária concreta e eficaz. A CPT tornou-se a única entidade a realizar tão ampla pesquisa sobre os conflitos no campo em âmbito nacional.

Muitas terras ocupadas por camponeses, indígenas e quilombolas são reconhecidas como bens comuns, de natureza coletiva e inalienável, ou seja, não podem ser vendidas ou cedidas. Esses procedimentos são importantes, entre outras coisas, para limitar o avanço das corporações de commodities e dos indiscriminados interesses do capital sobre esses territórios. Porém, com as medidas legais e infralegais, abre-se a possibilidade de facilitação do processo de titulação individual da propriedade. Tal fato pode alimentar ainda mais os conflitos fundiários e a disputa por essas terras com fins espoliativos, bem como simplificar os procedimentos de apropriação de áreas que não foram devidamente demarcadas ou que estão ilegalmente ocupadas.

Durante os últimos quatro anos, o Brasil vivenciou uma escalada da violência contra as comunidades e os povos e contra seus territórios, bem como um ataque permanente de desconstitucionalização de seus direitos fundamentais. O governo trabalhou para manter as condições que geravam a morte e o extermínio de comunidades em seus territórios, caracterizando um projeto de genocídio. As consequências só não foram maiores pela persistência, a determinação e a resistência das comunidades e povos a partir de seus territórios.

Nesse sentido, a conjuntura recente de aprofundamento da violência contra comunidades e povos tradicionais no Brasil não se configura como um fenômeno isolado ou circunstancial, mas como a atualização de processos históricos de expropriação, negação de direitos e criminalização das lutas territoriais. A ofensiva estatal e institucional observada nos últimos anos dialoga diretamente com dinâmicas estruturais que, há décadas, incidem sobre os territórios do campo, especialmente nas regiões marcadas pela concentração fundiária e pela desigualdade social. É a partir dessa continuidade histórica que se insere a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Maranhão, cuja trajetória revela o enfrentamento permanente a essas formas de violência e a construção de estratégias coletivas de resistência em defesa da terra, da vida e dos direitos dos povos do campo.

Partindo para a CPT no âmbito regional no Maranhão a sua atuação, desde sua formalização em 1975, insere-se em um cenário histórico marcado pela intensificação dos conflitos territoriais, pela concentração fundiária e pela violação sistemática dos direitos dos povos do campo. Sua emergência no estado ocorre em continuidade a uma pastoral da terra já existente, vinculada às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), articulando espiritualidade, organização política e compromisso social frente às desigualdades estruturais no meio rural maranhense.

Segundo Costa (1994), em seu trabalho intitulado “O rosto rural da Igreja: a atuação da CPT no Maranhão 1976–1981”, apresenta de forma objetiva a estrutura organizacional da CPT-MA, evidenciando a existência de duas instâncias centrais: a Assembleia Estadual e o Secretariado. A Assembleia Estadual configurava-se como o espaço deliberativo, responsável pela definição das diretrizes gerais de atuação da CPT-MA, sendo composta por representantes das dioceses. O Secretariado, por sua vez, exercia a função executiva, encarregando-se da condução das atividades cotidianas, contando com um coordenador eleito em Assembleia e com assessores de diferentes áreas técnicas. Ademais, a opção pela descentralização, materializada na organização em dioceses ou micro-regionais, reforçava uma estratégia de atuação territorializada, favorecendo a articulação com as realidades locais e ampliando a efetividade das ações desenvolvidas pela CPT-MA, em consonância com os princípios de participação e organização coletiva defendidos pela instituição.

O contexto de consolidação da CPT no Maranhão esteve diretamente relacionado à promulgação da Lei nº 2.979, conhecida como “Lei Sarney de Terras”, responsável por legalizar e expandir práticas de grilagem sobre terras públicas. A partir dessa legislação, consolidou-se uma aliança entre o Estado, o latifúndio e a pistolagem, resultando na perseguição de posseiros, no assassinato de lideranças sindicais e populares e na expulsão de milhares de famílias camponesas de seus territórios tradicionais. Esse processo histórico de expropriação territorial constitui um dos principais elementos estruturantes dos conflitos agrários no estado, cujos desdobramentos permanecem até a atualidade.

Nesse contexto, a CPT passou a desempenhar um papel fundamental na denúncia das violências no campo e no acompanhamento de comunidades atingidas pelos conflitos fundiários, contribuindo também para a visibilização do trabalho escravo contemporâneo no Maranhão. A perda e a fragmentação dos territórios tradicionais expõem trabalhadores rurais a condições extremas de vulnerabilidade social, favorecendo sua inserção em relações laborais marcadas pela exploração, pela informalidade e, em muitos casos, pelo trabalho análogo à escravidão. Assim, os conflitos territoriais e o trabalho escravo não se apresentam como fenômenos isolados, mas como expressões interligadas de um mesmo modelo de desenvolvimento excludente.

A partir das décadas seguintes, o protagonismo das lutas camponesas acompanhadas pela CPT no Maranhão amplia-se, incorporando de forma crescente as reivindicações das comunidades quilombolas e de outros povos e comunidades tradicionais. Para esses grupos, o território não se limita a um espaço produtivo, mas constitui base material e simbólica de reprodução da vida, da memória e da identidade coletiva. A negação do direito ao território quilombola, portanto, intensifica os conflitos agrários e aprofunda as condições de precarização do trabalho, reforçando ciclos históricos de exploração e violência.

É nesse cenário que se inserem as experiências da comunidade quilombola Tanque da Rodagem e São João, cuja trajetória é atravessada por disputas territoriais, ameaças à permanência na terra e vulnerabilidades socioeconômicas decorrentes da ausência de regularização fundiária. As pressões exercidas por interesses econômicos

externos e pela lógica do latifúndio produzem impactos diretos sobre as condições de vida dessas comunidades, ampliando os riscos de deslocamentos forçados e de inserção de seus membros em relações de trabalho precarizadas, inclusive em situações de trabalho escravo contemporâneo.

Dessa forma, a atuação da CPT no Maranhão, ao acompanhar comunidade como Tanque da Rodagem e São João, reafirma seu compromisso histórico com a defesa dos territórios tradicionais, com o enfrentamento aos conflitos agrários e com o combate ao trabalho escravo. Sua trajetória evidencia que a luta pela terra, a resistência quilombola e a denúncia das formas contemporâneas de exploração do trabalho constituem dimensões indissociáveis na compreensão da realidade do campo maranhense e na construção de alternativas pautadas na justiça social e na dignidade humana.

3.1 CPT ATUANDO COM O MOVIMENTO DOS SEM- TERRA (MST)

A CPT contribuiu para a criação do MST, pois entendia que os próprios trabalhadores rurais, sem terra e demais camponeses deviam assumir o direcionamento da luta pela terra. O MST afirmava que a CPT, o apoiava: “A CPT é um serviço da Igreja aos trabalhadores rurais. Dá total apoio ao Movimento dos Sem Terra. Não quer substituir os lavradores e seus órgãos nesta grande luta por mais justiça e Igualdade”.

Nos primeiros anos da década de 1980, de acordo com o texto do Corso (2012), a CPT priorizou apoio aos sindicatos, à CUT, ao PT, assim como aos movimentos sociais. O objetivo era fortalecer instituições civis que assumissem a luta pela terra e demais interesses dos camponeses. Neste sentido, pode-se observar que a CPT foi importante na formação do MST. Entre 1985 e 1990, o MST, após a sua fundação em 1984, buscou criar espaços de autonomia e fez com que a CPT passasse a discutir qual seria a sua função na nova conjuntura. O MST passou a atuar onde antes a CPT agia, e isso fez com que os papéis fossem discutidos. O movimento assumiu a organização da luta pela terra e a CPT passou a elaborar os levantamentos sobre a

violência no campo e os sindicatos passaram a se preocupar com os direitos dos trabalhadores.

No ano de 1984, os trabalhadores rurais que protagonizaram essas lutas pela democracia da terra e da sociedade convergem no 1º Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná. Ali, decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar. Em 1985, foi organizado o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, em Curitiba.

Segundo Brenneisen (apud CORSO, 2012, p. 151), o MST passou a adotar novas estratégias para conquistar a terra, como a prática “e acampamentos à beira da estrada”. Isso possibilitou uma “visibilidade à luta pela terra”, inclusive estar no foco da imprensa. Como não houve resultados positivos, em termos de desapropriação de terra, passaram a adotar outra estratégia: “a ocupação de terras improdutivas”. Segundo a autora, nos anos 1985 e 1986, a luta pela terra se intensificou no Brasil e, principalmente, no Paraná.

O Movimento teve a clareza política de que era necessário ser uma organização autônoma a partidos e governos. O congresso de 1985 é um marco histórico do MST. Deram uma nova característica da luta pela terra. Eles saíram de lá convictos de que teríamos que partir para as ocupações, e construíram o lema “Terra para quem nela trabalha” e “Ocupação é a Única Solução”. Em maio do mesmo ano, em menos de três dias, mobilizaram mais de 2.500 famílias em Santa Catarina, em 12 ocupações. Em outubro, o Rio Grande do Sul ocupou a Fazenda Anoni. Vários estados começaram a fazer ocupações.

No cenário político, em 1985 houve a eleição pelo parlamento do presidente da república, uma eleição indireta. Abria-se uma expectativa no quadro político de uma possibilidade da Reforma Agrária, pois não havia, naquela época, um partido político que fizesse seu programa de governo sem citar Reforma Agrária. Em 1985, o presidente José Sarney anunciou o I PNRA – Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, o que gerou expectativas de que haveria alguma ação concreta, por parte do governo, em relação às reivindicações dos trabalhadores do campo.

O PNRA contribuiu para a reação de parte dos grandes proprietários por meio da criação de organizações de classe. “Entre estas organizações estavam a CNA –

Confederação Nacional da Agricultura, a SRB – Sociedade Rural Brasileira, as Federações da Agricultura e a recém-criada UDR – União Democrática Ruralista, está organizada justamente para lutar contra a possibilidade de uma efetiva reforma agrária”. Isso demonstra que a força exercida pelo MST, no sentido de cobrar do Estado a Reforma Agrária, passou a ser reconhecida, e o I PNRA poderia ser concretizado, gerando, assim, a necessidade dos grandes proprietários se organizarem.

Nesse período, o MST também intensificou suas ações, organizou 42 acampamentos em 11 Estados brasileiros, envolvendo em torno de 11 mil famílias. O principal adversário do MST era o Estado, principalmente o governo federal, pois as ações em prol de uma reforma agrária teriam que partir dessa esfera. Comparato (apud CORSO, 2012,p.153) afirma que: “Outra característica importante destaca o MST de todos os movimentos anteriores de luta pela terra: trata-se do primeiro movimento que identifica como principal adversário o Governo Federal, e não os grandes proprietários de terras”.

Na relação do MST com outras entidades, a CPT passou a ter um papel de formadora de lideranças, isso já vinha ocorrendo antes da criação do MST e foi entendido como algo que deveria continuar. Se teve um indício de que a CPT continuou sendo importante após a criação do MST. E que o MST tinha uma forte dependência da CPT nos primeiros anos de existência.

No documento final do encontro de criação do MST, ficou claro o papel da Igreja nesse processo de construção do movimento social. “Conclamamos a todos os companheiros a se reunirem em torno da nossa causa que já nos une, que é a luta pela terra, contando para tanto com o apoio das Igrejas, CPT e CIMI e sindicatos autênticos.” O apoio que o recém-criado MST recebeu das Igrejas diz respeito à Igreja Católica e à Igreja Luterana, além das comissões pastorais (também chamadas de pastorais sociais) como a CPT e o CIMI. O outro apoiador foi o sindicato. Neste sentido, cita-se três vezes Igreja e uma vez o sindicato.

A compreensão do papel histórico de todas as instituições na organização do processo de formação e fortalecimento de movimentos sociais, como evidenciado a criação do MST, contribui para iluminar as dinâmicas de apoio e articulação coletiva presentes em diferentes contextos de luta por território. Essa lógica de alianças entre

sujeitos coletivos, instituições religiosas e sindicatos encontra ressonância nas experiências contemporâneas de comunidades tradicionais, a exemplo do território quilombola de Tanque da Rodagem e São João, em Matões (MA). Assim como no caso do MST, a resistência quilombola tem se sustentado por meio de redes de solidariedade e do apoio de movimentos e entidades comprometidas com a defesa da terra e dos direitos territoriais, como a CPT, evidenciando a permanência e a atualidade dessas estratégias coletivas de enfrentamento às ameaças impostas pelo avanço do agronegócio.

4. ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS : O caso do território Tanque da Rodagem e São João, em Matões-MA

O território quilombola de Tanque da Rodagem e São João se localiza no município de Matões, no estado do Maranhão. Ela está em processo de reconhecimento como território quilombola desde 2013, mas a última movimentação no processo foi em 2017. Os primeiros quilombolas a ocuparem a área chegaram na década de 1970. A comunidade vive da agricultura familiar e da coleta de frutos do cerrado, mas enfrenta a ameaça do avanço do agronegócio da soja, que tem devastado a vegetação nativa e usado agrotóxicos na região. A comunidade tem resistido e recebido apoio e solidariedade de outros povos e movimentos sociais, como a Rede de Agroecologia do Maranhão (RAMA), a Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) entre outros.

A seguir temos uma imagem da entrada do território de Tanque da Rodagem e São João (IMAGEM 4):

IMAGEM 4 : Entrada do território de Tanque da Rodagem e São João



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Território e Trabalho- GETtrab (2022).

O conflito envolvendo Tanque da Rodagem e São João se configura como uma disputa de terras entre a comunidade quilombola e os plantadores de soja que invadiram o território e devastaram a vegetação nativa do cerrado, inclusive com uso da técnica do correntão. Os quilombolas resistiram à invasão e montaram um acampamento nas margens da MA 262, onde protestaram e exigiram a regularização do território. Ao mesmo tempo, os plantadores de soja contrataram homens armados para intimidar e ameaçar os quilombolas, que foram vítimas de violência e agressão.

Nesse contexto, a placa na entrada da comunidade, conforme a imagem 4 pode ser tida como símbolo de auto afirmação, ancestralidade e legitimidade territorial. O decreto 4.887/2003, mencionado na placa, é justamente o que regulamenta o processo de titulação de territórios quilombolas, aspecto central do conflito em Tanque da Rodagem e São João. A placa representa a resistência cotidiana do quilombo frente às invasões, à grilagem e ao avanço das fazendas de soja. Ela materializa a luta jurídica, política e espiritual que o território enfrenta, reforçando a conexão entre identidade, fé, pertencimento e defesa da terra. Num contexto de ameaças constantes, esta placa funciona como um marco de resistência e uma declaração de existência diante das pressões do agronegócio.

Além de seu significado simbólico e político, a placa também se insere em uma realidade social concreta, marcada pela presença e organização coletiva da comunidade quilombola que reivindica esse território. De acordo com a cartilha intitulada como “Histórias, lutas e vitórias - quilombo: Tanque da Rodagem e São João” de Rafael Barra Amador (2025), a comunidade Quilombola Tanque da Rodagem e São João atualmente é composta por 189 indivíduos que se autodeclaram quilombolas, se dividindo em 75 unidades residenciais.

Os primeiros quilombolas a ocuparem a área do Quilombo Tanque da Rodagem chegaram na década de 1970. O território está localizado às margens da rodovia MA-262, e os moradores organizaram a divisão das áreas com casas e plantações destinadas ao sustento da comunidade.

Desde 2013, tramita no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) o processo de regularização da área como território quilombola. No entanto, a

última movimentação registrada ocorreu em 2017. Sem a documentação definitiva de posse, os moradores enfrentam dificuldades para regularizar moradias e acessar linhas de crédito para a produção agrícola.

Nesse contexto, a vulnerabilidade do território quilombola se intensifica, abrindo espaço para conflitos fundiários e ações violentas por parte de interesses externos. A falta da titulação definitiva não apenas fragiliza o direito à terra, como também expõe a comunidade a invasões e ameaças constantes, como ocorreu no dia 11 de setembro de 2022, quando homens armados invadiram o território quilombola Tanque da Rodagem e São João, no município de Matões, no Leste Maranhense.

No dia 11/09/2022 Dez homens armados invadiram o território quilombola Tanque da Rodagem e São João, no município de Matões no Leste Maranhense, distante 460 km de São Luís. A comunidade, que estava em vigília, resistiu. Quilombolas impediram que os jagunços, contratados por dois plantadores de soja oriundos do Paraná, e que ameaçam a vida tradicional, não se apropriassem novamente dos tratores, que ao longo do dia desmataram imensas áreas do cerrado. No local, os quilombolas plantam para manterem o bem viver.

Em junho deste mesmo ano, moradores da comunidade quilombola denunciaram à Rede de Agroecologia do Maranhão (RAMA) que sentiam vários sintomas como coceira, ardência nos olhos e que o plantio do feijão e milho estavam comprometidos. São as consequências do uso do agrotóxico pelos plantadores de soja e que compromete a saúde e a plantação dos quilombolas.

Algumas das ações de resistência da comunidade Tanque da Rodagem e São João foram: bloquear a MA 262 em protesto contra a invasão e o desmatamento do território; impedir os jagunços de se apropriarem dos tratores para continuar com a destruição do cerrado; montar um acampamento nas margens da rodovia como citado anteriormente, onde permaneceram em vigília e receberam o apoio e solidariedade de outros povos e movimentos; ingressar com uma ação judicial de reintegração e manutenção de posse, por meio da CPT e por fim, denunciar o uso de agrotóxicos pelos plantadores agrícola da comunidade.

Outra ação de invasão ao território foi no dia 10 de setembro de 2021, segundo Amador (2025) em seu texto nos trás a informação de que nesta data um grupo de

peças invadiu o território utilizando armas e tratores para dar início ao preparo do solo para o plantio de soja. Tal grupo agia no nome do empresário paranaense do ramo do agronegócio e comunicação, Eliberto Stein, dito proprietário de uma área de aproximadamente 9 mil hectares, chamada de Fazenda Castiça. A área reclamada pelo empresário está em sobreposição ao território que compreende as comunidades – representado muito mais do que apenas áreas de moradia e quintais, mas também roças, extrativismo, caça, pesca, lazer e outras formas de uso.

Seguindo o trabalho de Amador (2025), temos a cronologia dos fatos, no dia 10/09/2021 três tratores e homens contratados por um ruralista do Paraná invadem o território e derrubam a mata nativa, árvores frutíferas e roças usando o “correntão” para arrasto da vegetação. No dia 11/09 a comunidade em resistência bloqueia a MA-262, em Matões, no Leste Maranhense, os quilombolas impedem os jagunços de se apropriarem dos tratores para continuar com a destruição do Cerrado, homens armados ameaçam a comunidade na noite de sábado e bloqueiam a estrada, alguns guardas municipais estão envolvidos na ameaça e parecem estar trabalhando para o ruralista e três quilombolas sofrem ameaças diretas.

No dia 12/09 a Comissão Pastoral da Terra ingressou com pedido de liminar em uma ação de Reintegração e Manutenção de Posse (nº 0801137-93.2021.8.10.0098). No dia 13/09 a comunidade ainda aguarda a presença de representantes da Secretaria de Segurança Pública e de Meio Ambiente, avisados desde sexta, pedidos reiterados pela CPT e DPE; presença da Promotoria e da Defensoria Pública no território. Já no dia 14/09 Servidores da Secretaria de Igualdade Racial do Maranhão são impedidos por funcionários dos fazendeiros de acessar a área em disputa, a polícia interpela os funcionários dos fazendeiros e na rodovia, um comboio da Polícia Militar do Maranhão chega ao território e faz a apreensão dos tratores. E no dia 15/09 Chega ao local uma equipe da Superintendência de Proteção e Defesa de Direitos Humanos; O processo (nº0801137-93.2021.8.10.0098) é remetido para a Vara Agrária da Comarca de São Luís, cerca de 50 pessoas, mobilizadas pela Teia dos Povos do Maranhão, chegam ao território Tanque da Rodagem em apoio aos quilombolas. O processo de fragmentação territorial nas comunidades quilombolas de Cocalinho, Tanque da Rodagem, Guerreiro e São João, no Maranhão, evidencia a forma como a lógica da propriedade privada e

do agronegócio impacta profundamente os modos de vida tradicionais. Por meio da compra e venda de terras, áreas coletivamente utilizadas pelas famílias dessas comunidades passaram a ser delimitadas, cercadas e convertidas em fazendas privadas, o que resultou em uma drástica redução do território comunitário.

A partir desse processo, observou-se a desarticulação da continuidade territorial entre as comunidades, restringindo não apenas os espaços de moradia, mas também aqueles destinados à agricultura familiar, pesca, caça e extrativismo vegetal. Tais espaços, antes voltados à subsistência e ao uso coletivo, foram progressivamente transformados em ativos biológicos, destinados ao plantio de monoculturas de eucalipto e soja, atividades que reforçam o modelo de produção voltado à exportação e desconsideram as dinâmicas socioculturais locais.

Em reação a essas violações e à crescente exclusão territorial, as comunidades quilombolas organizaram ações diretas de resistência. Entre as principais estratégias, destaca-se o bloqueio da rodovia MA-262, que atravessa o território, e a construção do “Acampamento Reviver Fátima Barros”, em homenagem a uma liderança quilombola do Tocantins falecida durante a pandemia de COVID-19.

O acampamento, que teve duração aproximada de dois meses, tornou-se símbolo da mobilização coletiva e da solidariedade entre povos e comunidades tradicionais. Participaram da ação quilombolas de Tanque, São João e de outras regiões do Maranhão, além de povos indígenas e apoiadores de diferentes localidades. As caravanas se revezavam a cada quinze dias, mantendo viva a presença e a força do movimento.

Durante a mobilização, foi possível observar na prática conceitos fundamentais para as lutas sociais contemporâneas, como ação direta, apoio mútuo e autogestão, que se materializaram nas práticas cotidianas do acampamento. Essas experiências reafirmam a importância das formas coletivas de organização e resistência como instrumentos de defesa dos territórios tradicionais e dos direitos históricos dos povos quilombolas frente à expansão do capital agrário no Maranhão.

Atualmente, a comunidade enfrenta conflitos relacionados à posse e ao uso de suas terras. Lideranças quilombolas têm sido alvo de ameaças de morte, como é o caso de uma das principais lideranças locais, o senhor Carlito, que se encontra sob risco

constante, sendo impedido de permanecer em sua própria residência por questões de segurança. Além disso, uma área do território denominada “Cruz do Negro” encontra-se ocupada por fazendeiros que restringem o acesso dos quilombolas ao local. Essa situação tem provocado um profundo descontentamento entre os moradores, uma vez que muitos deles não podem mais visitar seus familiares que residem nesta região.

4.1 O Território Como Espaço de Vida e Conflito: Tanque da Rodagem e São João – MA

A aproximação com a comunidade quilombola Tanque da Rodagem revelou, desde os primeiros contatos, que o território não pode ser compreendido apenas como um espaço físico, mas como uma construção histórica atravessada por modos de vida, memórias coletivas e relações de pertencimento. Essa dimensão territorial é inseparável das relações de poder que nele se inscrevem. Em Tanque da Rodagem, essa inscrição assume forma de conflito permanente, marcado pela pressão do agronegócio, pela fragmentação do território comunitário e pela persistência de práticas que se articulam à lógica do trabalho escravo contemporâneo.

Durante a permanência no território, as conversas iniciais com os moradores evidenciaram que o avanço do MATOPIBA não representa apenas uma mudança no uso da terra, mas um processo mais amplo de territorialização do capital, caracterizado pela financeirização e pela apropriação privada de áreas tradicionalmente coletivas. Essa dinâmica, como apontam Barreto (2016) e Girardi (2019), reflete o deslocamento das fronteiras agrícolas e a intensificação de tensões fundiárias, sobretudo em regiões ocupadas por povos e comunidades tradicionais. No caso de Tanque da Rodagem, esse processo se materializa na destruição de casas, no cerceamento do acesso a roças e babaçuais, na supressão da mata nativa e na presença constante de agentes armados que atuam para assegurar os interesses dos produtores de soja.

O georreferenciamento das roças, residências e áreas suprimidas tornou visível o que a comunidade já expressava em suas narrativas: a devastação não é acidental, mas sistemática. A derrubada de casas por tratores, as áreas queimadas para preparar o solo, o uso indiscriminado de agrotóxicos e a circulação de veículos de vigilância

correspondem a práticas que configuram um processo de expulsão lenta, porém contínua. São formas de violência que, ainda que não coincidam com as imagens clássicas de cativeiro, se aproximam dos mecanismos estruturais do trabalho escravo contemporâneo marcado pela coerção, pela vulnerabilidade extrema e pela negação dos meios mínimos de reprodução da vida.

As intimidações relatadas pelos moradores como o bloqueio de estradas, corte de energia, ameaças diretas a lideranças, restrição à entrada e saída da comunidade apontam para uma estratégia de sufocamento territorial que se articula ao objetivo de esvaziar a área para o avanço do agronegócio. São práticas que encontram paralelo com as análises da CPT, que denuncia como a violência e a grilagem de terras caminham lado a lado com situações de exploração laboral, especialmente onde predomina o modelo agroexportador. Assim, a luta pela permanência no território e a luta contra o trabalho escravo são dimensões inseparáveis na realidade de comunidades como Tanque da Rodagem.

A vivência com os moradores, especialmente nas áreas de babaçuais e nos espaços de uso coletivo, permitiu compreender como o território se constitui como base não apenas material, mas também simbólica, para a reprodução da vida quilombola. O trabalho das quebradeiras de coco, a preservação das plantas medicinais, a partilha de saberes e práticas tradicionais reafirmam um modo de vida que se contrapõe ao modelo produtivista imposto pelo MATOPIBA. Essa resistência cotidiana, que se dá tanto no enfrentamento direto quanto na manutenção de práticas ancestrais, evidencia que o território é também um espaço político, em que se disputam projetos de futuro radicalmente distintos.

A roda de conversa realizada ao final do processo reforçou essa percepção. Ali, moradores e pesquisadores dialogaram sobre o que foi observado, sobre as ameaças vividas pela comunidade e sobre os caminhos possíveis de enfrentamento. Muitas das falas retomaram a importância da CPT, que assume papel fundamental na assessoria jurídica, no apoio político e na denúncia das violações. A presença da pastoral se soma à luta da comunidade como parte de uma rede de resistência que busca confrontar a lógica de morte que permeia a expansão agroexportadora no Maranhão.

Assim, a experiência em Tanque da Rodagem revelou que os conflitos territoriais, o avanço da fronteira agrícola e o trabalho escravo contemporâneo não são fenômenos desconectados, mas expressões de um mesmo processo histórico de expropriação e violência. Vivenciar o território, ouvir seus moradores e percorrer suas áreas destruídas foi compreender que, para os quilombolas, a luta pela terra é, ao mesmo tempo, luta pela vida, pela autonomia e pela continuidade de um modo de existir que resiste a ser apagado.

Segue abaixo algumas imagens da comunidade (IMAGEM 5, 6, 7, 8,9 e 10):

IMAGEM 5:



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Território e Trabalho- GETrab (2022).

IMAGEM 6 :

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Território e Trabalho- GETtrab (2022).

IMAGEM 7:

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Território e Trabalho- GETtrab (2022).

As imagens 5,6 e 7 fazem parte do trabalho georreferenciamento das casas derrubadas por tratores a mando de fazendeiros. Na imagem 5 podemos observar as estruturas parcialmente caídas, tomadas pela vegetação e cercada de entulhos, correspondem ao impacto das ações de expulsão relatadas no trabalho: intimidações, destruição de moradias e avanço do agronegócio da soja. Dentro da imagem 6 podemos também observar uma moradia tradicional feita de barro e madeira, completamente destruída, o que reforça sobre a devastação do cerrado e das residências. E na imagem 7 a fotografia nos mostra uma casa já em processo mais avançado de decomposição, com a mata cobrindo os escombros. Essa imagem nos evidencia o deslocamento forçado das famílias.

O cenário reforça a narrativa de abandono provocado, e não voluntário, associado às ameaças de jagunços e destruição sistemática. Mais de 40 casas foram mapeadas como destruídas, abandonadas ou queimadas. Essa ruína simboliza o apagamento físico das histórias familiares, a interrupção dos laços de pertencimento e o avanço do capital sobre espaços de memória quilombola.

IMAGEM 8:

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Território e Trabalho- GETrab (2022).

A imagem 8 nos mostra mulheres da comunidade quilombola Tanque da Rodagem quebrando coco babaçu, atividade que combina trabalho, identidade cultural e resistência territorial. A prática garante sustento, fortalece laços comunitários e preserva saberes ancestrais, especialmente em um contexto marcado por conflitos de terra, desmatamento e ameaças do agronegócio. Apesar das condições precárias de infraestrutura e dos riscos associados ao uso de agrotóxicos nas áreas vizinhas, as mulheres mantêm protagonismo na defesa do território e na continuidade das tradições que sustentam a vida comunitária.

IMAGEM 9:

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Território e Trabalho- GETrab (2022).

A imagem 9 mostra uma ampla área completamente devastada pelo fogo e pela derrubada da vegetação. O cenário apresenta troncos queimados, galhos espalhados pelo chão e o solo escurecido pelas cinzas, característica de um processo de destruição por queimadas utilizadas para abrir espaço ao agronegócio. Ao fundo, é possível ver uma faixa de vegetação ainda de pé, contrastando com a área destruída.

A imagem evidencia os impactos ambientais sofridos pelo território da comunidade quilombola Tanque da Rodagem, consequência direta das invasões, do desmatamento ilegal e do avanço das plantações de soja sobre áreas tradicionalmente ocupadas por famílias quilombolas. Trata-se de um registro contundente da violência territorial que afeta o modo de vida, a segurança e o direito ao território da comunidade.

IMAGEM 10:

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Território e Trabalho- GETrab (2022).

As imagens acima retratam de forma contundente a realidade vivida pela comunidade quilombola Tanque da Rodagem. Em uma delas, observa-se o trabalho tradicional das mulheres quebradeiras de coco babaçu, atividade que representa não apenas uma fonte de sustento, mas também um importante símbolo de resistência cultural e econômica.

Em contraste, outras imagens revelam o cenário de destruição causado pelos conflitos territoriais: casas derrubadas por tratores, restos de moradias espalhados pelo chão e áreas onde a mata já começou a encobrir o que antes eram espaços de convivência e memória. Esses registros evidenciam o impacto das disputas fundiárias e a violação do direito ao território, que atingem diretamente a vida e a dignidade das famílias quilombolas.

As fotografias da roça queimada reforçam a gravidade da situação, demonstrando as perdas materiais e simbólicas decorrentes da expulsão e da violência no campo. O mapeamento realizado das casas destruídas na comunidade Tanque da Rodagem constitui um importante instrumento de denúncia e de preservação da memória coletiva.

Por fim, a imagem do grupo reunido com os quilombolas traduz a força da união comunitária e a continuidade da luta pela terra e pela preservação do modo de vida tradicional. Essas imagens, portanto, não apenas documentam um território em conflito, mas também revelam a resistência e a esperança de um povo que insiste em permanecer e reconstruir seu lugar de pertencimento.

A realidade vivenciada pela comunidade quilombola Tanque da Rodagem, no município de Matões (MA), é marcada por intensos processos de violação de direitos territoriais, que se expressam tanto na destruição material do território quanto nas constantes ameaças à sua forma de vida. Antes mesmo da sistematização dos dados apresentados na tabela 5, é fundamental compreender que a derrubada de casas, o avanço sobre áreas tradicionalmente ocupadas e a resistência coletiva constituem elementos centrais desse conflito. A luta da comunidade não se restringe à defesa da terra enquanto espaço físico, mas envolve a preservação da memória, da identidade e dos modos de viver historicamente construídos naquele território.

Nesse contexto, a tabela 5 que apresenta os conflitos por terra ocorridos em 2022 cumpre o papel de evidenciar, de forma objetiva, a permanência e a gravidade dessas tensões ao longo do tempo. Os dados demonstram que, apesar das denúncias e mobilizações, a situação de conflito não apresentou modificações significativas, revelando a continuidade das disputas entre a comunidade e fazendeiros interessados na exploração econômica da área. As práticas denunciadas pelos quilombolas, como o uso de tratores, correntes, aplicação de agrotóxicos e até aviões para devastar a vegetação nativa evidenciam a violência estrutural associada à expansão do agronegócio, especialmente da monocultura da soja.

A expansão da soja no sul do Maranhão, ao desconsiderar os direitos territoriais e culturais da comunidade Tanque da Rodagem, intensifica essas disputas e

comprometem tanto o equilíbrio ambiental quanto a reprodução social e cultural dos quilombolas, reafirmando a necessidade de visibilizar e problematizar essas injustiças.

Abaixo temos a tabela 5 onde podemos observar esses dados:

Tabela 5 - CONFLITOS POR TERRA NA COMUNIDADE TANQUE DA RODAGEM (2022).

Município	Nome do conflito	Data	Famílias	Categoria
Matões	Com. Tanque da Rodagem/São João/Faz.Castiça	15/04/2022	60	Quilombola
Matões	Com. Tanque da Rodagem/São João/Faz.Castiça	13/06/2022	60	Quilombola
Matões	Com. Tanque da Rodagem/São João/Faz.Castiça	20/06/2022	60	Quilombola
Matões	Com. Tanque da Rodagem/São João/Faz.Castiça	27/10/2022	60	Quilombola
Matões	Com. Tanque da Rodagem/São João/Faz.Castiça	02/12/2022	60	Quilombola
Matões	Com. Tanque da Rodagem/São João/Faz.Castiça	04/12/2022	60	Quilombola

Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT (2023)

Na tabela acima, podemos observar os conflitos da comunidade Tanque da Rodagem e ao decorrer das datas os dados não se modificaram. A comunidade está em conflito com fazendeiros que querem desmatar e plantar soja nas terras da comunidade. Os quilombolas denunciam que os fazendeiros usam tratores, correntes e até aviões para destruir a vegetação nativa e aplicar agrotóxicos nas áreas onde eles vivem. Eles também sofrem com as ameaças e violências por parte de jagunços armados que agem a mando dos ruralistas.

Passando para a produção de soja que ocorre na região, a expansão do agronegócio da soja no sul do Maranhão também tem gerado esses conflitos com a comunidade, fazendo com que sofrem pressão dos fazendeiros que querem ocupar suas terras para o plantio, sem respeitar seus direitos territoriais e culturais. Além disso, a monocultura da soja provoca a degradação dos recursos naturais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou compreender as relações entre os conflitos territoriais no Maranhão, a expansão do agronegócio e a permanência e a vulnerabilidade do trabalho escravo contemporâneo, destacando o caso da comunidade quilombola Tanque da Rodagem, no município de Matões (MA). Ao longo da pesquisa, observou-se que os conflitos agrários e as violações de direitos não se configuram como fenômenos recentes ou isolados, mas como parte de um processo histórico e estrutural, marcado pela concentração fundiária, pela violência no campo e pela ausência de políticas efetivas de proteção aos povos e comunidades tradicionais.

Autores como Girardi (2019) demonstram que a questão agrária brasileira é atravessada por disputas de poder que envolvem o Estado, grandes proprietários e corporações do agronegócio. Nesse cenário, a expansão da fronteira agrícola do MATOPIBA analisada criticamente por Barreto (2016) evidencia como o capital financeiro e o avanço das commodities transformam territórios tradicionalmente ocupados por comunidades camponesas, quilombolas e indígenas em espaços de produção voltados ao mercado global, aprofundando desigualdades e invisibilizando modos de vida historicamente marginalizados.

A análise dos dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) confirma que o trabalho escravo contemporâneo permanece como uma realidade concreta e alarmante no país, manifestando-se por meio de jornadas exaustivas, condições degradantes, servidão por dívida e coerção física e psicológica. Conforme apontado por Chehab et al. (2019), a fragilidade das políticas de reforma agrária e a conivência de setores do Estado contribuem para a manutenção dessas práticas, que se intensificam especialmente nas regiões de expansão do agronegócio.

A atuação da CPT, discutida com profundidade a partir das contribuições de Martins (1983), Corso (2012) e Silva (2016), emerge como elemento fundamental para o enfrentamento da violência no campo. Por meio da documentação das denúncias, do apoio jurídico e da articulação de ações comunitárias, a CPT se consolidou como uma das principais referências na defesa dos direitos humanos, da terra e do território. Sua

presença no Maranhão tem sido determinante para fortalecer a resistência das comunidades e ampliar a visibilidade das violações.

No estudo de caso do território Tanque da Rodagem, apoiado sobretudo na obra de Barra (2025), foi possível identificar a gravidade e a complexidade dos conflitos vivenciados pela comunidade. A invasão territorial, o uso de agrotóxicos, a devastação ambiental, as ameaças armadas, a destruição de casas e roças e as tentativas de expulsão integram um conjunto sistemático de violências que afetam diretamente a vida, a saúde e a segurança dos quilombolas. A falta de regularização fundiária agrava o cenário, deixando a comunidade vulnerável à ação de fazendeiros que buscam ampliar a produção de soja na região.

Apesar desse quadro, a pesquisa também revelou a força das estratégias de resistência construídas pela comunidade. A realização de bloqueios na MA-262, a criação do Acampamento Reviver Fátima Barros, a mobilização de movimentos sociais e a articulação com a CPT, a RAMA e a Teia dos Povos do Maranhão reafirmam o protagonismo dos quilombolas e sua determinação em defender o território, a ancestralidade e a própria existência. Tais estratégias exemplificam o que Girardi (2019) define como a dimensão política dos conflitos territoriais: a luta pela terra como luta por direitos, reconhecimento e justiça social.

Com base em todas as análises realizadas, conclui-se que a luta por território no Maranhão ultrapassa a disputa física pela terra, constituindo-se como um enfrentamento mais amplo às desigualdades estruturais, à violência histórica e à exploração laboral. Para enfrentar esse cenário, é imprescindível assegurar a regularização fundiária dos territórios quilombolas e tradicionais; fortalecer políticas públicas de combate ao trabalho escravo; ampliar a fiscalização sobre o agronegócio e os grandes empreendimentos; promover a valorização da agricultura familiar e da agroecologia; garantir a proteção das lideranças comunitárias ameaçadas e consolidar ações interinstitucionais que articulem Estado, universidades, movimentos sociais e organizações populares.

A luta de Tanque da Rodagem demonstra que, mesmo diante da violência e da tentativa de apagamento, os povos quilombolas seguem construindo caminhos de resistência, memória e esperança. Assim, espera-se que este trabalho contribua para

fortalecer a reflexão crítica sobre a questão agrária brasileira e, sobretudo, para reafirmar a centralidade da justiça social na construção de um país verdadeiramente democrático e plural.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vicente Eudes Lemos. **A fronteira agrícola como objeto de estudo: gênese, transformação socioespacial e regionalização: o caso dos Cerrados do centro-norte do Brasil**. In: MARQUES, Marta Inez Medeiros; ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). *Fronteira agrícola do Matopiba: expansão do agronegócio, conflitos e impactos socioambientais*. São Paulo; 2024, p. 61–74.

AMADOR, Rafael Barra. **Histórias, lutas e vitórias [livro eletrônico]: quilombos Tanque da Rodagem e São João** / Rafael Barra Amador; organização Comissão Pastoral da Terra - Maranhão. São Luís, MA: Ed. do Autor, 2025.

BARRETO, Elizete Carvalho Fagundes. **O MATOPIBA e as comunidades camponesas: contradições e invisibilidade**. 2016. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

BRASIL DE FATO. **Quilombo está sob ataque de jagunços há 4 dias no Maranhão: “estão dizendo que vão meter bala”**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/14/quilombo-esta-sob-ataque-de-jaguncos-ha-4-dias-no-maranhao-estao-dizendo-que-va-meter-bala>. Acesso em: 07 out. 2025.

CHEHAB, Isabelle Maria Campos Vasconcelos et al. **Reforma agrária, conflitos agrários e questões socioambientais**. Curitiba, PR: CEPEDIS, 2019.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. *Maranhão*. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/regional/ma/>. Acesso em: 15 jan. 2026.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Trabalho escravo. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/conatetrap/trabalho-escravo>. Acesso em: 07 jul. 2024.

Conflitos no campo Brasil 2022/ **Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.** - Goiânia: CPT Nacional, 2023. 254 p. il., tabelas, fotografias.

CORSO, João Carlos. **Herdeiros da terra prometida: discursos, práticas e representações da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Sem Terra nas décadas de 1980/1990.** Curitiba, 2012. 253 f.

COSTA, Wagner Cabral da. O rosto rural da Igreja: a atuação da CPT no Maranhão 1976–1981. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Maranhão-UFMA, São Luís, 1994.

CPT. Panorama atualizado do trabalho escravo no Brasil – CPT. TE – 1995-2023. S/D. 2023.

DUTRA E SILVA, S.; JESUS BOAVENTURA, K. de; PORFÍRIO JÚNIOR, E. D.; MELO E SILVA NETO, C. de. **A última fronteira agrícola do Brasil: o Matopiba e os desafios de proteção ambiental no Cerrado.** Estudios Rurales, v. 8, n. esp., p. 145-178, 2018.

ESTADO DE S. PAULO. **Ministério do Trabalho resgata 54 ‘escravos’ em fazenda de soja no Piauí.** Instituto Humanitas Unisinos – IHU, 19 dez. 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/585675-trabalho-resgata-54-escravos-em-fazenda-de-soja-no-piaui>. Acesso em: 07 jul. 2024.

G1. Quilombolas seguem em protesto por causa de conflitos agrários no MA.

Disponível em:

<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/09/23/quilombolas-seguem-em-protesto-por-causa-de-conflitos-agrarios-no-ma.ghtml>. Acesso em: 07 out. 2025.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Questão agrária, conflitos e violências no campo brasileiro.** Revista NERA, Presidente Prudente, v. 22, n. 50, p. 116-134, set./dez. 2019.

LETRAS AMBIENTAIS. **Matopiba: o império do agronegócio nos limites do Cerrado brasileiro. 2018. Disponível em:**

<https://www.letrasambientais.org.br/posts/matopiba:-o-imperio-do-agronegocio-nos-limites-do-cerrado-brasileiro>. **Acesso em:** 07 jul. 2024.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

NUZZI, Vitor. **Fiscalização resgata 3.190 do trabalho análogo à escravidão em 2023, maior número em 14 anos. Rede Brasil Atual, 10 jan. 2024. Disponível em:** <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/fiscalizacao-resgata-3-190-do-trabalho-analogo-a-escravidao-em-2023-maior-numero-em-14-anos/>. **Acesso em:** 07 jul. 2024.

PAIM RIFAN QUINTAM, Carlos; ASSUNÇÃO, Gerson Maico de. **Panorama do agronegócio exportador brasileiro**. RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar, v. 4, n. 7, p. e473642, 2023.

PENA, Rodolfo F. Alves. **O que é agronegócio? Brasil Escola. Disponível em:** <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-agronegocio.htm>. **Acesso em:** 07 jul. 2024.

SÓ ESCOLA. **Fronteira: o que é, significado. Disponível em:** <https://resumos.soescola.com/glossario/fronteira-o-que-e-significado/>. **Acesso em:** 07 jul. 2024.